

CASA PRÓPRIA

Déficit de moradias

7,2 milhões de moradias é o déficit habitacional estimado no Brasil.

12,8% das prefeituras mantêm registros de favelas, mocambos e palafitas

49,4% dos municípios não têm legislação sobre concessão de licenças para construção

31,5% das prefeituras têm órgão específico para implantar política habitacional

Fonte: IBGE

Lei que o povo sugeriu vai beneficiar os pobres

Com apoio de todos os partidos políticos, o Senado aprovou projeto de iniciativa popular que cria sistema de habitação para as camadas de menor renda. Para apresentar o projeto, as

entidades recolheram 1,2 milhão de assinaturas, incluindo a do presidente Lula, que deverá agora sancioná-lo. A proposta foi relatada no Senado por Ideli Salvatti e Garibaldi Alves.

PÁGINA 7



Ideli Salvatti e Garibaldi Alves: relatores nas comissões temáticas do Senado

Comissão aguarda indicações dos líderes partidários para entrar em funcionamento

Oposição quer evitar recesso para garantir trabalhos da CPI

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de corrupção nos Correios depende agora dos líderes partidários para entrar em funcionamento. Instalada na quarta-feira com amplo apoio dos congressistas, a CPI mobiliza governo e oposição na tentativa de ditar o ritmo e o rumo dos trabalhos. O líder do PFL, senador José Agripino, anunciou na sexta-feira, em Plenário, que já assinou requerimento para autoconvocação do Congresso Nacional durante o recesso de julho caso a base governista demore a indicar os membros da CPI. O presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitou a indicação dos 15 senadores e 15 deputados às lideranças no Senado e ao presidente da Câmara.

PÁGINA 3

Projeto de Valadares combate com maior rigor a lavagem de dinheiro

PÁGINA 4

PAUTA

A pauta do Plenário pode ficar trancada nesta semana por quatro medidas provisórias. A mais polêmica é a MP 237, que, diz a oposição, visa beneficiar a ex-prefeita Marta Suplicy.

PÁGINA 2

cidadania

Os direitos (e dúvidas mais comuns) de quem utiliza o telefone celular

Esta edição traz alguns dos direitos dos usuários de telefonia móvel e os projetos em exame no Senado para ampliá-los. Quem achar que está sendo desrespeitado deve procurar a operadora e, se não resolver, a Anatel ou o Procon.

PÁGINA 16

Congresso quer intervir na política externa

Senadores estão cobrando maior autonomia e poder para examinar previamente os termos das negociações internacionais antes de o país firmá-los. Pelas regras atuais, os acordos são assinados pelos presidentes dos países, seguem para referendo do Congresso e são ratificados pelos Estados.

PÁGINA 6



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional espera agilizar exame de acordos internacionais

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Novas regras para o Orçamento federal

Três meses depois de iniciar seus trabalhos, a comissão mista que estuda a reestruturação do processo orçamentário enfrenta esta semana seu primeiro grande teste. Senadores e deputados se reúnem nesta terça-feira

para discutir e votar o parecer do deputado Ricardo Barros às 412 emendas apresentadas ao relatório inicial. As mudanças em estudo visam dar maior transparência aos gastos públicos.

PÁGINA 5

PLENÁRIO

Cristovam ameaça, em defesa de aliados, deixar a comissão

Em discurso no Plenário sexta-feira, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) falou que renunciará à presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se o PT punir com perda de cargos nas comissões qualquer parlamentar que votou a favor da CPI dos Correios. Para ele, se alguém deve ser punido por erros, é o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Em entrevista após o discurso,

Mercadante rebate crítica de Antonio Carlos

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), contestou em Plenário o discurso em que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) admitiu a possibilidade de o presidente Lula ser "apeado do poder" por via diversa da eleitoral.

– Isto é tipo de atitude de setor da elite que nunca teve compromisso com a democracia – disse.

Mercadante negou também que tenha chamado o senador de golpista e atribuiu as declarações de Antonio Carlos a uma emoção de momento.

– Não se pode aceitar esse tipo de argumento no debate político.

Cristovam afirmou que, em sua opinião, Dirceu errou ao "nomear corruptos" e se posicionou contra a CPI, quando deveria, no entender do senador, ter tomado a iniciativa para criá-la.

Somente um senador petista, Eduardo Suplicy (SP), assinou o requerimento de instalação da CPI dos Correios. "Sinto que essa é a minha responsabilidade perante os meus eleitores e estou certo de que o faço para o bem de meu partido."

ACM: "A nação está estarecida com o PT"

Em resposta a Mercadante, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que não trabalha para derrubar o governo Lula, enfatizando que não é "golpista" e que chegou ao Senado pelo voto dos eleitores.

– Tenho uma vida que não me mete vergonha. A cada provocação, eu responderei. Eu desejo harmonia, mas não vou silenciar diante de tudo o que a nação está vendo, estarecida com o governo do PT – declarou.

Antonio Carlos ressaltou que, apesar de ter participado do governo de exceção, ajudou a tirar os militares do poder e cuidou de várias pessoas perseguidas pela ditadura.

Oposição quer evitar esvaziamento de CPI

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), anunciou na sexta-feira, em Plenário, que a oposição vai apresentar requerimento solicitando a autoconvocação do Congresso Nacional durante o recesso de julho, caso os líderes dos partidos que apoiam o governo demorem a indicar os membros da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias de corrupção nos Correios.

– A alternativa de não interromper os trabalhos em julho fará com que a CPI não perca o ímpeto e passe a limpo a história da corrupção nos Correios.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que presidia a sessão do Plenário, lembrou que a autoconvocação do Congresso ocorre sem pagamento de salário adicional a parlamentares, e salientou que o Legislativo vai trabalhar para "cumprir sua obrigação e desvendar os mistérios da corrupção, estejam eles onde estiverem".

Denúncia de propina nos Correios

A criação da CPI dos Correios foi provocada pela publicação da reportagem "O homem-chave do PTB", na edição de 18 de maio da revista *Veja*, que transcreve o conteúdo de uma gravação em vídeo com o então diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho. De acordo com a matéria, ele teria recebido R\$ 3 mil, a título de "adiantamento", de dois empresários interessados em participar do grupo de fornecedores de



Renan Calheiros (ao lado de Severino) preside a sessão do Congresso em que foi lido o requerimento da CPI

equipamentos de informática para a estatal. Ainda segundo a revista, o diretor teria informado a existência de um esquema de corrupção nos Correios e mencionado mecanismos semelhantes em outras estatais.

– A íntegra da reportagem revela outros indícios de atos e fatos delituosos envolvendo escalões superiores da administração pública em desvios, da maior gravidade, que requerem apuração imediata com os instrumentos do devido processo

legal de apuração presentes na comissão parlamentar mista de inquérito que ora requeremos – diz o requerimento, que foi protocolado na Secretaria Geral da Mesa do Senado por lideranças da oposição.

Na sessão conjunta para leitura do pedido da CPI, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que as instituições estão sólidas e que o país está mais próximo de uma "crise institucional maquiada na retórica" do que de uma crise de fato.

naquela Casa.

Caso algum partido ou bloco não apresente suas indicações, os membros da comissão ligados a este partido ou bloco deverão ser designados pelo presidente do Senado. Instituída após a confirmação, à meia-noite de quarta-feira, das assinaturas de 236 deputados e de 52 senadores, a CPI dominou os debates em Plenário na semana.

– diz o requerimento, que foi protocolado na Secretaria Geral da Mesa do Senado por lideranças da oposição.

Na sessão conjunta para leitura do pedido da CPI, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que as instituições estão sólidas e que o país está mais próximo de uma "crise institucional maquiada na retórica" do que de uma crise de fato.

Repercussão

PEDRO SIMON (PMDB-RS)

– "Será que essa página de não ter deixado criar uma CPI, agindo com verbas, com favores, com ameaças, seria uma página bonita da tua biografia, Lula? Tu recordarias isso com alegria?"

DELCIDIO AMARAL (PT-MS)

– "O governo tomou de imediato as devidas providências. Afastou os envolvidos, além de instaurar inquérito."

JEFFERSON PÉRES (PDT-AM)

– "Não é a instalação da CPI, mas seu abafamento por quem gritava contra isso que pode provocar desestabilização."

ALVARO DIAS (PSDB-PR)

– "Quem tem comportamento de lisura no trato da coisa pública não tem o que temer."

TIÃO VIANA (PT-AC)

– Disse que o aparelho do Estado, que permitiu à Polícia Federal prender 1.234 pessoas nos dois últimos anos, também será eficiente no caso da ECT.

ALMEIDA LIMA (PSDB-SE)

– "Não há neste país, sobretudo na oposição, nenhuma postura golpista, nem pré-golpista."

HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– "Será uma instância a mais para desvendar os mistérios sujos dentro do governo. Pretendo participar ativamente da CPI dos Correios."

CÉSAR BORGES (PFL-BA)

– "É um fato gravíssimo, e a sociedade tem o direito de conhecer a verdade sobre esse ato criminoso."

ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)

– "A marca de Lula será a de exterminador de CPIs, quando Getúlio teve a CLT, JK o Plano de Metas e Brasília e FHC, a estabilização econômica."

JOSÉ JORGE (PFL-PE)

– "O presidente dá declarações como se estivesse desligado do governo e do país."

MÃO SANTA (PMDB-PI)

– Para ele, o país "respira corrupção" cada vez mais em razão da "falta de governo".

ANA JÚLIA (PT-PA)

– Estranhou que defendam a CPI dos Correios parlamentares que no governo FHC eram contra apurar fatos ligados à privatização ou ao Sivam.

Virgílio condena troca de favores

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que a base de apoio ao governo não funciona porque se fundamenta na troca de favores. Os cargos públicos, na sua opinião, estão se tornando "objeto de suspeição e malversação de recursos públicos", já que seriam concedidos aos aliados em troca de apoio no Congresso.

– O presidente da República arruína seu governo e sua reputação porque alega precisar dessa gente para governar – sustentou ele.

Virgílio rebateu também as

acusações, feitas por integrantes do PT, de que a oposição pretende desestabilizar o governo e derrubar o presidente.

O parlamentar contestou ainda dados segundo os quais o governo Luiz Inácio Lula da Silva estaria gerando mais empregos que o anterior.

Virgílio creditou o sucesso da política econômica praticada atualmente à conjuntura favorável no exterior, e observou



Arthur Virgílio

que o então presidente Fernando Henrique Cardoso enfrentou diversas crises externas durante o seu governo. O senador mencionou também dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

pelos quais a média de geração de empregos no governo passado era de aproximadamente 120 mil por mês, contra 90 mil no governo petista.

Ideli destaca combate à corrupção

– Eu quero que me mostrem um mapa equivalente a este nos oito anos de Fernando Henrique. Este mapa enche de orgulho o governo do PT. É um troféu que o governo deles não tem para exibir – afirmou.

Ideli anunciou, em outro discurso, ter participado de solenidade que regulamentou as salvaguardas para entrada de produtos chineses no Brasil.

Com base na matéria, Ideli relatou que, nos dois últimos anos, a Polícia Federal prendeu 819 políticos, empresários, juizes, policiais e servidores públicos acusados de crimes que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó. Disse ainda que 415 pessoas foram presas em outras ações, totalizando 1.234 em todos os estados.

Ideli destacou o combate à corrupção.

Ideli anunciou, em outro discurso, ter participado de solenidade que regulamentou as salvaguardas para entrada de produtos chineses no Brasil.

COMBATE À CORRUPÇÃO Proposta amplia crimes previstos e melhora chances de recuperação dos recursos

Lavagem de dinheiro na mira do Congresso



As recentes denúncias da imprensa sobre corrupção recolocaram o assunto na pauta política do Congresso e reacenderam a discussão em torno de mecanismos mais eficazes para combater a lavagem de dinheiro, tema de diversas proposições em discussão no Senado.

Por isso, na opinião do próprio autor, não poderia haver melhor momento para a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), já que ele “diz respeito a uma prática ligada à efetivação de atos de corrupção”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) não compartilha o mesmo otimismo em relação à votação, que consta da pauta da CAE para esta semana. Ideli lembra que espera a aprovação do texto “há mais de um ano”.

O projeto (PLS 209/03) contempla o ponto comum à maioria das propostas sobre o tema: ampliar a lista de crimes que originam os recursos a serem “limpos”, incluindo o financiamento do terrorismo; as contravenções penais (como jogo do bicho e caça-níqueis); o tráfico de seres humanos, reivindicado pelos projetos (PLS 280 e 291/03) dos senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO); e os crimes contra a ordem tributária, sugeridos pelo



Valadares, autor da proposta: “Não poderia haver momento mais propício”



Ideli lamenta o fato de o projeto aguardar por votação há mais de um ano

projeto de Ideli Salvatti (PLS 188/05), que tramita em conjunto com o de Valadares.

Além disso, o texto da CAE facilita a quebra dos sigilos bancários dos envolvidos e estabelece um mecanismo para facilitar a recuperação do dinheiro, ao determinar que o valor da fiança seja proporcional aos recursos ocultados. “Se alguém, por exemplo, subtraiu R\$ 10 milhões, para responder o processo em liberdade esse

criminoso terá que pagar, no mínimo, R\$ 10 milhões”, explica Valadares.

A possibilidade de fiança como medida de repatriação também faz parte de outro projeto (PLS 476/03), do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que ainda sugere a criação de procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro – medida, na avaliação de Camata, fundamental para acelerar os processos judiciais.

CPI inspira várias propostas de Antero

O encerramento da CPI Mista do Banestado sem a votação do relatório final não impediu a sugestão de leis que tornem mais eficiente o combate à lavagem de dinheiro, já que o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) se valeu dos trabalhos da CPI para apresentar propostas que considera “fundamentais para reparar as falhas da lei atual”.

A comissão, presidida pelo senador, investigou uma operação da Polícia Federal que apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, entre 1996 e 2002, por meio de contas CC-5. Denúncias de vazamento de informações e impasses políticos dificultaram os meses finais da CPI e impossibilitaram a votação do parecer final.

A principal proposta de Antero (PLS 48/05) permite o seqüestro de bens móveis adquiridos pela lavagem, ainda que sejam transferidos a terceiros ou convertidos em ativos lícitos ou misturados ao patrimônio legal. Possibilita ainda que o juiz decrete a indisponibilidade dos bens do acusado, ou de parte deles, até que se descubra qual o montante exato correspondente ao produto do crime.

Além disso, garante o sigilo aos funcionários de instituições financeiras que denunciarem irregula-



Antero propõe ampliar a punição contra os bancos que permitem contas de “laranjas”

ridades aos órgãos competentes, e determina punição àqueles que não informem operações financeiras suspeitas, em busca do lucro que elas trazem aos bancos. “O interesse público deve prevalecer sobre a cega busca dos bancos por lucro”, defendeu.

Antero destaca ainda a punição às instituições que permitem remessa de valores ao exterior por meio de “laranjas” (PLS 47/05).

– Há casos em que são autorizadas transferências milionárias em nome de engraxates, merendeiras, pessoas que claramente não têm como mandar essa quantia ao exterior. Nesses casos, o banco tem de pagar – disse Antero.

Outra proposta do senador proíbe que empresas de turismo

ou qualquer outro órgão que não tenha autorização do Banco Central realizem operações de câmbio (PLS 77/05). “Boa parte das empresas de turismo converteram-se em abrigo para a camuflagem de operações ilegais por parte de doleiros”, diz Antero. Com a mesma intenção, o senador propõe a obrigatoriedade de respaldo documental das transações de ingresso ou saída de dinheiro, que deve ser feita por meio de transferência interbancária (PLS 39/05).

Suassuna quer multas mais pesadas

Antero também quer regulamentar a assistência judiciária internacional nas investigações de lavagem e na prevenção e bloqueio de operações suspeitas (PLS 38/05) e aumentar a prescrição criminal da prática (PLS 36/05).

Com base na chamada “CPI do Propinoduto”, realizada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também sugeriu mudanças na Lei de Lavagem de Dinheiro (PLS 242/04), que incluem aumento das penas, restrição dos benefícios dados ao acusado que contribui espontaneamente com as investigações e aumento da multa cobrada de instituições que deixem de denunciar operações suspeitas.

Crime representa 5% da economia mundial

A lógica da lavagem de dinheiro é simples: fazer os recursos ilícitos parecerem legais aos olhos das autoridades, para que o criminoso possa comprar o que quiser sem levantar suspeitas. Mas lavar dinheiro envolve tantos mecanismos que quase sempre a descoberta do dinheiro ilícito permite que a polícia chegue às organizações criminosas e aos esquemas de corrupção.

Para ocultar a origem ilegal dos recursos, os criminosos lançam mão de “empresas de fachada”, “contas-fantasma”,

“notas frias”, “laranjas” e outros artifícios. A maior parte do dinheiro é enviada aos “paraísos fiscais”, países com pouca fiscalização sobre instituições financeiras, e a contas *off-shore*, que não têm o controle existente entre as transações nacionais, e retornam ao país por meio de empréstimos ocultos.

Esquema PC foi marco no combate à lavagem

É um negócio que movimentou, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, de US\$

500 bilhões a US\$ 1,5 trilhão por ano, valor equivalente a 5% da produção econômica mundial ou ao conjunto de riquezas do Reino Unido.

No Brasil, o combate à lavagem de dinheiro tem como marco o “Esquema PC”, que no governo Collor desviou recursos públicos para várias contas de pessoas ou empresas inexistentes. A investigação sobre as contas de Paulo César Farias foi fundamental para a instauração do processo de *impeachment* contra o ex-presidente.

Entenda o esquema

O criminoso abre a operação inserindo dinheiro “sujo” no sistema financeiro. Isso é feito, na maioria dos casos, por meio de contas em nome de “empresas fantasmas” ou “laranjas”.

São usados meios para ocultar a origem do dinheiro e dificultar o seu rastreamento. É comum a transferência de empresas de fachada em paraísos fiscais ou o uso de contas *off-shore*, isentas de controle. O fraudador coloca o dinheiro num fundo controlado secretamente por ele próprio e em seguida os “empresta” para si.

Reintegrado ao sistema financeiro, o dinheiro fica “limpo” e é usado em atividades econômicas comuns: investimentos, aquisição de imóveis ou outros bens.

Executivo finaliza projeto que será enviado à Câmara

O Executivo deve encaminhar ao Congresso mudanças na Lei de Lavagem de Dinheiro. Os 29 órgãos da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro finalizaram em abril um anteprojeto, que deve ser encaminhado à Casa Civil e, depois, à Câmara dos Deputados.

O texto atende à maior reivindicação da Justiça e dos parlamentares: acabar com a lista de crimes antecedentes à lavagem de dinheiro. Pelo anteprojeto, quaisquer recursos provenientes de infrações penais ficam sujeitos à norma, que amplia a lista de instituições obrigadas a infor-

mar transações financeiras às autoridades e fixa regras mais rígidas para a transferência internacional de valores e para os saques em espécie. A proposta também penaliza quem não informar operações suspeitas aos órgãos competentes e institui cadastro dos bens que foram produtos de lavagem.

Essas alterações devem ser debatidas no 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, que será realizado em Brasília de 7 a 10 de junho, numa iniciativa da Controladoria Geral da União com a colaboração da ONG Transparência Brasil e das Nações Unidas.

GASTOS PÚBLICOS

Comissão vota mudanças nas regras do Orçamento



Instituída há três meses, a comissão mista temporária de reestruturação do processo orçamentário deve passar esta semana pelo primeiro grande teste ao trabalho que desenvolveu até agora. A comissão se reúne nesta terça-feira, às 15h30, para discutir e votar o parecer do deputado Ricardo Barros (PP-PR) e as 412 emendas apresentadas ao relatório inicial.

A última versão do parecer, com a aprovação integral de 111 emendas e parcial de 138, exprime uma proposta praticamente consensual na Câmara. Mas não se pode dizer o mesmo no Senado. Para alguns senadores, como Sérgio Guerra (PSDB-PE), os avanços podiam ter sido maiores, inclusive com alteração radical no desenho e atribuições da Comissão Mista de Orçamento (CMO). [Ver matéria abaixo]

Nas discussões sobre as mudanças, os parlamentares reconhecem que não é fácil definir regras que vão envolver todas as comissões permanentes das duas Casas, a relação com o Executivo, a transparência e o controle social do gasto público, além da eliminação de manobras para faltar os re-

ursos federais, como as "rachadinhas" nas emendas coletivas, e a transição para que o Congresso torne o Orçamento uma lei obrigatória e não apenas autorizativa, como é hoje.

– Se o Congresso não melhorar sua contribuição, o orçamento impositivo será mais um risco que um avanço – adverte Sérgio Guerra. A posição é compartilhada pelo presidente da comissão temporária, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que prega reiteradamente que antes de se pensar em mudar a Constituição, para o Congresso dar a palavra final sobre os gastos orçados, é preciso preparar as duas Casas para tal missão.

Proposta atende a antigas reivindicações

Fernando Bezerra esclarece que a alteração na Resolução nº 1 do Congresso, que disciplina o funcionamento da CMO, é apenas a primeira etapa desse processo, que ele espera concluir a tempo de ajudar na tramitação



Fernando Bezerra quer concluir o processo a tempo de ajudar na tramitação da LDO

do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006, cujo prazo para emendas foi aberto na semana passada.

Com 162 artigos, a minuta que será remetida à Mesa do Congresso, se aprovada na comissão, atende a antigas reivindicações, como a criação de uma relatoria da receita para retirar essa atribuição do relator-geral e uma reavaliação única da arrecadação federal para evitar sucessivas reestimativas. Entre outras mudanças, fortalece o papel dos relatores setoriais e das comissões permanentes e reduz as emendas de bancada.

Atuação do Congresso deve ser valorizada

Defensor obstinado da melhoria na qualidade do gasto público, Sérgio Guerra deve ser o fiel da balança nas discussões sobre as mudanças nas regras de tramitação dos orçamentos federais. Entre os integrantes da comissão mista temporária de reformulação do processo orçamentário, acredita-se que a sua posição irá influir diretamente no resultado da votação do relatório do deputado Ricardo Barros.

Sérgio Guerra reconhece os avanços contidos na nova versão do relator, mas ele esperava mais.

– Tem que se dismantelar a Comissão de Orçamento no formato que ela tem hoje – assinala. A CMO, na visão dele, deveria ser enxuta. Ela sistematizaria as prioridades na aplicação de re-



Sérgio Guerra defende total reformulação da CMO para dar mais agilidade aos trabalhos

ursos decididas pelas comissões permanentes, que trabalhariam em sintonia com os relatores setoriais.

O maior engajamento das comissões permanentes foi assegura-

do no relatório. Porém, mudar as atribuições da comissão para sistematizar decisões, como também prega o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), nem chegou a ser cogitado. A redução do número de membros da CMO foi proposta, mas Barros manteve a composição com 84 titulares (63 deputados e 21 senadores).

Para Sérgio Guerra, deve haver equilíbrio na participação das duas Casas, tanto na divisão igualitária das dez relatorias setoriais, ponto ainda pendente de definição, quanto nas emendas de bancada. Ele defende uma reforma orçamentária que estruture a atuação do Congresso na formulação de políticas públicas, consubstanciada nas emendas. Para tanto, acrescenta, o contingenciamento teria de ser abolido.

Principais pontos do novo relatório

- **Emendas individuais** - Até 20 ao projeto da lei orçamentária anual (eram 30 na versão anterior); até cinco ao anexo de metas e prioridades do projeto da LDO; até 10 ao projeto do PPA ou à sua revisão; até 10 a projetos de lei de créditos adicionais.

- **Emendas de bancada** - Até 10, sendo metade para apropriação de recursos e metade para remanejamento; contarão com 40% das verbas distribuídas pelo relator-geral depois de atendidas as emendas individuais, despesas obrigatórias e programações identificadas no parecer preliminar; voltadas para projetos estruturantes de interesse nacional, dos estados e de regiões metropolitanas.

- **Participação do Senado** - Até 30% das propostas às bancadas serão de iniciativa dos senadores; reuniões da Comissão Mista de Orçamento serão realizadas na Casa a que pertencer o seu presidente, que este ano é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

- **Emendas de comissão** - Até duas (uma de apropriação e outra de remanejamento) quando a competência da comissão estiver restrita a uma única subárea temática, por exemplo, a Comissão de Educação do Senado, pertencente à área temática IV, que inclui Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; até quatro (duas de apropriação e duas de remanejamento) quando a comissão tratar de vários ministérios, como as de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura.

- **Regras para evitar obras inacabadas** - Os projetos orçados por iniciativa das bancadas terão de ser supridos por emendas, nos anos subsequentes, que garantam recursos suficientes para conclusão dos empreendimentos; a mesma regra vale para as obras (ou etapa do cronograma de execução) incluídas pelas emendas individuais; em caso de descumprimento, o Comitê de Admissibilidade de Emendas e o relator-geral adotarão providências para a continuidade da obra.

- **Restrições para repasses a entidades privadas** - Somente serão acolhidas as emendas individuais para programação especificada no parecer preliminar, voltada para a implantação de políticas públicas; a entidade precisa estar identificada e com metas de utilização dos recursos compatíveis com o valor das emendas; o objetivo é eliminar distorções como a de emendas para escolas de samba.

- **Reforço das relatorias setoriais e engajamento das comissões permanentes** - Os relatores setoriais serão designados cinco dias após a instalação da Comissão de Orçamento, para permitir o acompanhamento e a fiscalização do orçamento em curso e preparar o do exercício seguinte; eles debaterão as prioridades com as comissões permanentes, cujos representantes também participarão das discussões dos relatórios na comissão; há várias outras providências, entre elas a garantia de receber 40% dos recursos distribuídos pelo relator-geral no seu parecer preliminar.

- **Divisão da relatoria geral** - Haverá um relator específico para a receita, que pertencerá à mesma Casa do presidente da comissão e de partido ou bloco distinto do relator-geral; a receita será reestimada uma única vez com metodologia definida na LDO; o relator-geral terá 20% dos recursos definidos no seu parecer preliminar e só poderá cancelar até 10% do valor de cada emenda aprovada na fase setorial; ele coordenará o Comitê de Avaliação, Controle e Fiscalização da Execução Orçamentária, um dos quatro comitês permanentes que poderão ser criados pela nova resolução.

Proposta determina instalação do colegiado sempre em março

Com dois meses de atraso em relação ao prazo regimental, a Comissão Mista de Orçamento deverá ser instalada nesta terça-feira, quando será eleita a nova Mesa, que tem como presidente indicado pelo PMDB o senador Gilberto Mestrinho (AM).

As deliberações até agora têm sido comandadas pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente interino desde que o deputado Paulo Bernardo se licenciou para chefiar o Ministério do Planejamento. Isso foi possível porque a Resolução nº 1 do Congresso permite que os

antigos integrantes continuem decidindo enquanto não for eleita a nova Mesa.

Nas quatro últimas sessões legislativas, só em 2003 a comissão não foi instalada em maio (foi em 23 de abril). Mesmo com a flexibilidade regimental, os atrasos atrapalham o funcionamento da CMO. A proposta de Ricardo Barros elimina essa brecha: fixa prazo até a última terça-feira de março para a instalação da comissão e a eleição da Mesa, encerrando o mandato dos antigos membros e impedindo as deliberações.

Limite fixado na LDO não reduz impostos

Apontada pelo governo como a grande inovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006, a fixação do limite de 16% do produto interno bruto (PIB) para a arrecadação de impostos administrados pela Receita Federal deve gerar polêmica no Congresso. O projeto da LDO, com prazo para apresentação de emendas até 9 de junho, deverá ser votado até 28 de junho, conforme cronograma aprovado.

A primeira avaliação dos consultores de Orçamento das duas Casas constata que esse teto

não garante a redução efetiva da carga tributária em 2006, além de conflitar com as normas orçamentárias da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Uma das explicações é que o Executivo deixa expresso no projeto da LDO que o limite se aplica à estimativa da receita e não à arrecadação obtida no exercício.

Na nota técnica, os consultores sustentam que "não há impedimentos para que os excessos de arrecadação sejam utilizados pelo Executivo em créditos adicionais ou para aumento do su-

perávit primário, com formação de caixa ou pagamento de juros e amortização da dívida" pública federal. O limite à estimativa de receita "elimina a prerrogativa do Congresso", segundo os consultores, de ajustar as projeções encaminhadas pelo governo.

O teto de 17% para as despesas correntes, conforme a nota, terá que ser obtido com um corte em gastos que não estejam ligados à evolução do salário mínimo e a programas assistenciais como o Bolsa-Família, exatamente os itens que mais têm pressionado o Orçamento.

RELAÇÕES EXTERIORES Senado estuda ampliação de poderes para avaliar acordos internacionais firmados pelo país

Participação maior na política externa



A tarefa constitucional de meramente referendar tratados e convenções internacionais, especialmente a de aprovar aqueles acordos que acarretem encargos ou compromissos onerosos ao patrimônio nacional, está sendo contestada por senadores, que querem maior autonomia e poder para analisar previamente os termos das negociações bi ou multilaterais, antes de o país firmá-los.

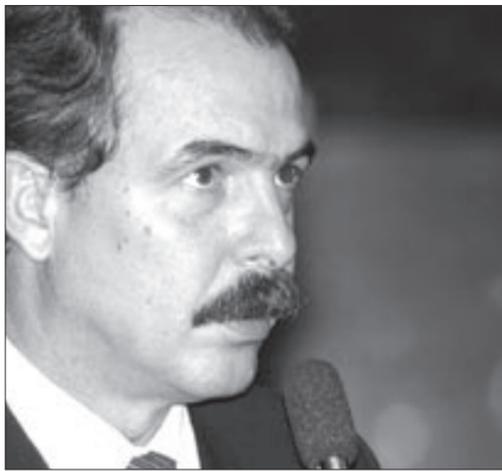
Na regra atual, os acordos internacionais são assinados pelos presidentes dos países interessados, seguem para referendo do Congresso e posteriormente são ratificados pelos Estados signatários. Dessa forma, os parlamentares só se manifestam após a assinatura dos tratados firmados pelo país.

Por isso, estão em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado as propostas de emenda constitucional – PECs 18/03 e 20/03 – em que o Congresso Nacional

passaria a ter competência exclusiva de autorizar o presidente da República a negociar acordos internacionais que impliquem redução de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias a bens e serviços, modificações no regime jurídico dos investimentos externos ou alterações no marco legal referente à propriedade intelectual. Na segunda proposta, os parlamentares também teriam de aprovar previamente, após arguição em sessão secreta, a escolha dos negociadores dos acordos.

Segundo o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), primeiro signatário das duas PECs, “o Congresso Nacional brasileiro participa marginalmente da formulação da política externa do país”, ao contrário do que acontece no Parlamento americano.

– Da mesma maneira e pelo mesmo motivo, a sociedade civil nem sequer toma conhecimento de quais acordos foram ou estão sendo negociados e de que forma as cláusulas desses atos internacionais irão interferir nos direitos e na vida cotidiana dos cidadãos – analisou.



Para Mercadante, o Congresso participa hoje apenas “marginalmente” da política externa



Parecer de João Batista Motta aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça

A PEC 18 foi encaminhada no último dia 10 de maio ao senador José Jorge (PFL-PE) para relatoria. Já a PEC 20, relatada pelo senador João Batista Motta (PMDB-ES), aguarda votação pelos membros da CCJ.

Projeto de Suplicy já está na Câmara

Já aprovado no Senado, projeto (PLS 189/03) do senador Eduardo

Suplicy (PT-SP) prevê que o Congresso acompanhe de perto o andamento dos acordos comerciais. Para Suplicy – presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no biênio 2003/2004 –, senadores e deputados devem acompanhar cada passo das negociações, inclusive realizando audiências com especialistas e representantes dos setores da economia diretamente

interessados.

– Temos de tomar conhecimento dos acordos e atos para que, quando concluídos, estejamos preparados para analisá-los – avalia o senador Suplicy.

O PLS 189/03 tramita na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados e poderá ser aprovado em caráter conclusivo naquela Casa.

Análise preliminar pode causar atrasos

O exame preliminar dos acordos a serem firmados pelo Executivo – especialmente na área comercial – poderá embaraçar alguns processos de negociação, inviabilizando a realização de certos atos bilaterais e, principalmente, dos multilaterais. Essa é a opinião do advogado e especialista em Direito Internacional Márcio Garcia.

– Os parlamentares nem sempre têm o *feeling* da dinâmica no comércio internacional. A autorização prévia do Legislativo poderá prejudicar a realização de negócios e tornará o processo ainda mais complicado, especialmente quando envolver diversos países – argumenta Garcia.

O especialista também teme o “embarçamento” do processo de comercialização por questões políticas e partidárias.

– Seria mais adequado que

o Parlamento acompanhasse desde a primeira hora o andamento dos atos e acordos internacionais, sinalizando para possíveis pontos de discordância, mas sem que houvesse a necessidade de um trâmite legislativo prévio à assinatura – afirma.

O presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), também descarta a necessidade de avaliação preliminar dos tratados pelo Parlamento.

– Talvez em um ou outro caso os senadores deveriam se manifestar antes, já que uma desaprovação posterior no Congresso causaria maior constrangimento, especialmente nos casos dos tratados multilaterais que envolvem diversos países.

Mas isso não deve ser a regra – avalia.

Nos Estados Unidos, o Parlamento tem atuação destacada nas negociações comerciais internacionais. Mas a Suprema Corte já admitiu a delegação da competência legislativa ao presidente por meio da *fast track* (via rápida), atualmente denominada Trade Promotion Authority (Autoridade de

Promoção Comercial).

– Esse é um mecanismo interessante porque mostra ao Poder Executivo até onde podem chegar as negociações – diz Garcia, para quem a realidade norte-americana é muito diferente da brasileira, responsável por apenas 1% do mercado mundial.

Cristovam acha desnecessária a aprovação prévia em todos os casos

Reforma política agilizará tramitação de acordos

A rapidez com que acontecem as negociações internacionais – especialmente na área comercial – exige maior agilidade na aprovação dos projetos de decreto legislativo (PDS) por parte do Parlamento. Alguns embaraços do processo legislativo, atrelados à grande quantidade de matérias a serem apreciadas, provocam uma avaliação tardia dos projetos.

– Esse é um problema que passa por muitas condições, entre elas o fato de o Congresso atuar em períodos determinados do ano, com apreciações em alguns dias da semana. Sabemos que é preciso haver maior velocidade nas decisões, mas também é preciso tempo para analisar – avalia o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Cristovam Buarque.

Para o parlamentar, a reforma política dará maior agilidade à avaliação dos projetos de decreto legislativo. Em média, as matérias de cunho internacional costumam tramitar por mais tempo na Câmara. Dos 12 PDSs que passaram pela CRE este ano, 11 já foram examinados. Alguns tratam de cooperações assinadas em 1999.

Para o consultor legislativo do Senado Eugênio Arcanjo, a tendência é de que as aprovações dos projetos de decretos legislativos sobre tratados internacionais procedam com maior rapidez.



Cristovam admite que é preciso mais velocidade, e mais tempo, para avaliar

– Houve um momento histórico em que era preciso mais tempo para a análise e reflexão dos tratados firmados, por isso a necessidade de um período maior até a aprovação pelo Congresso, o que não se justifica agora – explica.

Segundo o advogado e especialista em Direito Internacional Márcio Garcia, o Congresso precisa se aparelhar para poder referendar os tratados internacionais após a assinatura pelos Estados contratantes.

Para ele, muitos acordos internacionais não precisariam ser avaliados pelos parlamentares. “Um exemplo é a rotulagem de produtos comercializados pelo Mercosul”, citou.

Garcia destaca que, na França, a própria Constituição limita os temas que merecem de fato ser apreciados pelo Parlamento, entre eles questões como cessão de soberania, permuta de território e matéria comercial.

Acordo aguarda aprovação do Congresso há 56 anos

Cinquenta e seis anos completa nesta terça-feira uma das mais longas análises de projeto de decreto legislativo no Congresso. Assinada pelo ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, a Mensagem 256, de 1949, chegou ao Parlamento com o texto da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n° 87 sobre liberdade sindical e proteção do direito sindical e até hoje não foi aprovada.

Daquela data a 1966, não houve qualquer registro de tramitação da mensagem. Nesse ano, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados decidiu então reconstituir o projeto e dar prosseguimento à sua tramitação na Casa.

Em 1984, após aprovação pelos

deputados, o projeto foi enviado ao Senado. Ele já passou pelas comissões de Relações Exteriores (onde esteve até agosto de 1995), Constituição, Justiça e Cidadania (aprovado em dezembro de 2002) e agora está na de Assuntos Sociais, onde permanece aguardando votação, sob a relatoria do senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

O consultor do Senado que analisou o projeto, Eugênio Arcanjo, não se surpreende com a tramitação cinquentenária da Convenção 87 da OIT, especialmente pelo seu conteúdo complexo e controverso, segundo ele, “tema de discussões apaixonadas no âmbito do corporativismo de direita e de esquerda”.

Dos 12 tratados que chegaram à comissão este ano, 11 já foram votados

PLENÁRIO

Aprovado sistema de habitação popular

Em votação simbólica, e contando com o apoio de todos os partidos políticos, o Senado aprovou projeto de lei de iniciativa popular (PLC 36/04, na Câmara) que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e institui seu conselho gestor. A matéria estava em tramitação no Congresso havia 14 anos e teve um andamento considerado rápido no Senado – das comissões temáticas à votação em Plenário foram necessários apenas 45 dias.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ressaltou a importância dos movimentos sociais para transformar em lei idéias concebidas fora do Congresso. Para apresentar o projeto, as entidades recolheram 1,2 milhão de assinaturas, incluindo a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Relator na Comissão de Justiça (CCJ), Marcelo Crivella (PL-RJ) assinou que foi uma conquista o fato de a Câmara e o Senado terem entendido que o povo pode apresentar projetos até então con-



Para apresentar o projeto, as entidades reuniram 1,2 milhão de assinaturas, inclusive a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

siderados prerrogativas exclusivas do presidente da República.

Para Garibaldi Alves (PMDB-RN), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto dá ênfase à integração entre municípios, estados e União, com a implantação de programas de largo alcance social.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, informou que o ministro das Cidades, Olívio Dutra, está comprometido com o novo sistema. Também apoiaram o pro-

jeito os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP), Heloísa Helena (PSOL-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Maguito Vilela (PMDB-GO), Almeida Lima (PSDB-SE), Delcídio Amaral (PT-MS), Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Aprovado depois de receber apenas seis emendas de redação, o projeto vai agora à sanção presidencial.

Fundo terá participação da sociedade

O novo sistema proposto pelo projeto pretende, entre outros objetivos, viabilizar à população de "menor renda" o acesso à terra urbanizada e à habitação "digna e sustentável". Caberá ao SNHIS, a ser presidido pelo Ministério das Cidades, a centralização de todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, dando-lhes maior coerência e mais eficiência.

Na execução dos programas

habitacionais, será dada prioridade ao aproveitamento de áreas com infra-estrutura, inseridas na malha urbana, e a terrenos de propriedade do poder público.

Ao fundo de habitação caberá gerenciar recursos para os programas estruturados no âmbito do sistema. Reivindicação das entidades, seu conselho gestor será composto, de forma paritária, por órgãos do Executivo e representantes da sociedade.

O projeto de lei determina que as aplicações dos recursos do fundo devem ser submetidas à política de desenvolvimento urbano, expressa em planos diretores ou em legislação equivalente para pequenos municípios. Estados, Distrito Federal e municípios estão obrigados, para ter acesso aos recursos do FNHIS, a constituir conselhos, com a participação de representantes dos movimentos populares.

Concluído Conselho de Justiça

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira mais dez indicações para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Como outras cinco indicações já haviam sido aprovadas, o presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que irá encaminhar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mensagem comunicando a aprovação da composição integral do órgão de controle externo do Poder Judiciário.

A série de votações foi aberta com a aprovação do constitucionalista Alexandre de Moraes, secretário de estado do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, cujo nome havia sido rejeitado pelo Plenário no último dia 18. Após acordo entre lideranças, a votação que vetou o nome de Moraes foi cancelada e a indicação foi finalmente acolhida.

Em seguida, procedeu-se à aprovação do advogado Paulo Luiz Neto Lôbo, o segundo indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Bra-

sil (OAB). Três indicações do Tribunal Superior do Trabalho (TST) também foram acolhidas: o ministro Vantuil Abdalla, presidente do TST; o juiz Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da

10ª Região; e do juiz do trabalho Paulo Luiz Schmidt.

Mais três indicações do Supremo Tribunal Federal (STF) passaram pelo crivo do Senado. Assim, deverão integrar o CNJ o ministro Nelson Jobim, presidente do STF; o desembargador Marcus Antonio de Souza Faver, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; e o juiz Cláudio Luiz Bueno de Godoy, da Justiça estadual de São Paulo.

Por fim, foram aprovadas as duas indicações feitas pela Pro-



Acordo de líderes permite nova votação em que é aprovado Alexandre de Moraes

curadoria Geral da República. O Senado referendou a escolha do procurador regional da República Eduardo Kurtz Lorenzoni e da procuradora Ruth Lies Scholt de Carvalho, do Ministério Público de Minas Gerais.

A nova votação foi possível após aprovação de requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP). Ele argumentou que vários senadores, inclusive ele próprio, não puderam votar no dia 18 porque, na ocasião, estava sendo realizada outra atividade.

DESARMAMENTO

Igrejas vão recolher armas até 23 de junho

O Mutirão Nacional de Entrega de Armas, realizado no último dia 21 por cerca de 215 igrejas cristãs em 102 cidades de 22 estados do país, deve ser estendido por mais quatro sábados, até o fim da Campanha de Entrega Voluntária de Armas, no dia 23 de junho. A informação é da ONG Viva Rio, que organiza o evento junto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) e a Visão Mundial.

O presidente do Conic, pastor Ariel Maia, afirmou que irá pedir ao presidente Luiz

Inácio Lula da Silva a prorrogação, até setembro, da indenização pela entrega de armas à Polícia Federal. Segundo levantamento da Viva Rio, 1.040 armas foram entregues nas igrejas durante o primeiro sábado do mutirão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que par-

ticipou do mutirão na Igreja Evangélica de Confissão Luterana, em Brasília, anunciou que o dia 3 de julho foi escolhido o Dia Nacional pelo Desarmamento, uma celebração que irá mobilizar a sociedade para o referendo sobre o comércio de armas no Brasil.

A consulta popular depende da aprovação do projeto de decreto legislativo (PDC 1.274/04) apresentado por Renan Calheiros. A proposta ainda precisa ser apreciada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, cuja pauta de votações está trancada por medidas provisórias.



Renan participa em Brasília do primeiro dia de mutirão para entrega de armas

Waldir Pires defende a luta pela democracia

Ao participar de solenidade no Senado, na terça-feira, o ministro da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, reconheceu que há "muita gente" interessada em criar um clima de desestabilização no governo. Ele considera ser dever de todos lutar para que seja assegurada a continuidade democrática no país. O ministro fez tais declarações

ao final da abertura do seminário internacional "A Luta contra a Corrupção na Agenda Internacional", patrocinado pelo Interlegis.

Em relação à instalação da CPI dos Correios, Waldir Pires classificou a intenção de "inadequada", já que o Executivo, conforme garantido, vem realizando as investigações de forma aberta e eficaz.

Acordo liga Brasil e Guiana

O Senado aprovou o projeto que ratifica o acordo firmado entre o Brasil e a Guiana para regularizar o transporte de cargas e passageiros entre os dois países (PDL 131/05).

Assinado em fevereiro de 2003, o acordo de transporte rodoviário de passageiros e cargas entre os governos da Re-

pública Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana permite que veículos cruzem pontos específicos da fronteira entre os dois países. O projeto foi relatado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Adiada reunião sobre reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou o adiamento da reunião com os presidentes de partidos e líderes para tratar da reforma política. A decisão foi tomada em acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara, a proposta de reforma política terá que ser concluída ainda este ano para que as novas regras tenham validade já nas eleições de 2006.

Comissão de Justiça da Câmara deve opinar sobre aumento

Foi encaminhada à Comissão de Justiça da Câmara, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, decisão sobre questão de ordem formulada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) durante sessão do Congresso na quarta-feira. O deputado solicitou providências para o exame dos vetos do presidente da República aos projetos que elevam em 15% os salários dos servidores da Câmara, do Senado e do TCU.

COMISSÕES

Governadores explicam desmatamento

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou dois requerimentos – do senador Sibá Machado (PT-AC) e da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – convidando os governadores Ivo Cassol (RO) e Blairo Maggi (MT) para explicarem os elevados índices de desmatamento observados em seus estados. O requerimento de Sibá solicita também a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para tratar do mesmo tema, em reunião separada.

– Em Mato Grosso, verificamos 50% do desmatamento total anunciado. Precisamos esclarecer os fatos e apurar as responsabilidades – justificou Serys.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), após informar que 90% das derrubadas em Rondônia são clandestinas, sugeriu ao governo federal que proíba os desmatamentos por alguns anos na região amazônica.

– Não vejo mais necessidade de grandes desmatamentos na Amazônia. O que foi derrubado já é suficiente para a expansão agrícola – explicou Raupp.

O colegiado aprovou ainda proposta de fiscalização e controle



Sibá (D) e Serys querem ouvir dois governadores. Raupp defende proibição geral dos desmatamentos na Amazônia “por alguns anos”

de irregularidades em dispensa de licitação para compra de equipamento de tratamento de lixo em João Pessoa (PB). Foram acolhidos também dois avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a auditorias realizadas em órgãos públicos do Espírito Santo, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev).

Jonas defende Blairo Maggi de acusação

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu em Plenário o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, das acusações feitas por ambientalistas de que ele teria sido um dos maiores responsáveis pelo desmatamento. Na semana passada, o governo federal divulgou que houve um crescimento de 6% no desmatamento entre agosto de 2003 a agosto de 2004.

– A família dele não planta em floresta; só nos cerrados. Há dez anos não desbravam nenhuma nova área de cerrados. É injusto que o governador e sua família sejam acusados – disse.

A família do governador planta em Mato Grosso 150 mil hectares, a maior parte é de soja.

O senador afirmou que o aumento no desmatamento da Ama-

zônia é provocado, entre outras coisas, pela Medida Provisória 2.166/96, que modifica o Código Florestal e aumenta de 50% para 80% a reserva florestal que os fazendeiros são obrigados a seguir na Amazônia.

Jonas Pinheiro foi apoiado pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Agripino (RN), líder do PFL.

Comissão ouve ministro sobre incentivos à pesca

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza na quarta-feira, às 9h, audiência pública para debater os programas do governo com o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) espera, com o encontro, destacar a importância da pesca na ampliação da segurança alimentar e nos índices de emprego da população brasileira. O uso de novas tecnologias e a adequação das leis ambientais também serão analisados durante a reunião.



Leonel Pavan destaca a importância do setor para a geração de empregos

Na quinta-feira passada, Fritsch lançou o Programa Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola, que oferece uma rede de atendimento em todo o país para o financiamento de projetos e assistência técnica.

Com mais de 8.500 quilômetros de costa marítima, rios de piscosi-

dade elevada e mais de 5 milhões de hectares de áreas alagadas por barragens e represas, o Brasil tem um dos maiores potenciais do mundo para a pesca, mas, segundo a própria secretaria, ainda produz muito pouco – cerca de 1 milhão de toneladas ao ano.

CPI da Terra reconvoça depoentes

O presidente da CPI Mista da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), decidiu reconvoçar os representantes de duas entidades agrícolas e outras três pessoas que prestariam esclarecimentos na terça-feira passada sobre o recebimento e a movimentação de verbas federais destinadas à reforma agrária. O senador desconfia de que os convidados estejam evitando o depoimento e advertiu que os ausentes serão conduzidos forçosamente à comissão pela autoridade policial caso deixem de comparecer à reunião marcada para a quarta-feira desta semana.

– As entidades alegam que não receberam a tempo as convocações ou que as pessoas citadas não mais as representam, mas a secretaria da comissão garante que os convites foram recebidos na semana passada. As demais pessoas alegaram que



Alvaro Dias suspeita de que convocados estão evitando prestar depoimento à CPI

não teriam como se deslocar até Brasília. Não acredito nos pretextos apresentados por elas. Por isso, convocamos nova reunião e, caso elas não compareçam, seremos obrigados a usar a força policial – ressaltou o senador Alvaro Dias.

A reunião da última terça-feira iria colher os depoimentos do se-

cretário-executivo da Associação de Cooperação Agrícola (Anca), José Trevisol, e do presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Francisco Dal Chivon. Também seriam ouvidos Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo, que atuariam como “laranjas” na movimentação de verbas repassadas às duas entidades pelo governo federal. Os três convidados moram em favelas na capital paulista, conforme explicou o presidente da comissão mista.

– O MST sempre foi uma organização social importante para o país, mas não posso concordar que o movimento seja invadido por pessoas que se aproveitam da boa causa e promovem desvio de finalidade. Há indícios de irregularidade com o dinheiro público. Não estou prejudgando ninguém – disse Alvaro Dias.

Cristovam analisa o governo Lula

Ao debater a situação do Brasil com uma platéia de 32 estudantes universitários norte-americanos, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Cristovam Buarque (PT-DF), admitiu que o atual governo ainda não corresponde às expectativas criadas após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Ainda não estamos cumprindo as promessas. Prometemos muito, mas não estamos fazendo as coisas certas – disse Cristovam aos estudantes, em sua maioria de Relações Internacionais, integrantes do programa International Missions, promovido pela organização não-governamental Envision.

Segundo o senador, o governo estaria acertando ao manter a política econômica e ao se aproximar de novos parceiros comerciais na África e na Ásia, mas estaria falhando em sua política social. Isso porque a mentalidade do PT, a seu ver, é mais dominada pelo estímulo ao crescimento econômico do que pelo combate à pobreza.

Ele queixou-se, por exemplo, de que o governo teria alterado o conceito original do programa Bolsa-Escola ao implantar o Bolsa-Família. Agora, lamentou, não há mais controle adequado da presença das crianças em sala de aula.

– Sou a favor do crescimento econômico, mas precisamos de políticas sociais.

Novo regimento em discussão

A comissão que estuda mudanças no Regimento Interno do Senado promove, nesta terça-feira, audiência com líderes partidários para discutir algumas sugestões para modernizar e acelerar a tramitação de matérias na Casa. A comissão tem até o próximo dia 17 para encaminhar as propostas ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Fruto de acordo entre os líderes e já colocado em prática no Plenário, um dos projetos da comissão alterou o tempo destinado ao uso da palavra pelos senadores, de forma a permitir que um maior número de pessoas pudesse se manifestar durante as sessões. Antes da ordem do dia, quando



Tião Viana

ocorrem as votações, o tempo de discurso foi diminuído de 20 para 10 minutos. Após esse período, o tempo destinado a cada senador inscrito para falar caiu de 50 para 20 minutos. Os líderes podem falar uma única vez, podendo delegar a palavra ao liderado também em uma só oportunidade.

A Consultoria Legislativa, por sugestão do relator Tião Viana (PT-AC), na reunião de trabalho desta segunda-feira, vai apresentar resumo das propostas em tramitação que dispõem sobre o funcionamento das comissões permanentes, especiais e temporárias. Atualmente, disse Viana, existem aproximadamente 40 proposições tratando do assunto.

COMISSÕES

Avança projeto que amplia combate ao crime de informática

A criação de vírus de computadores e o acesso não autorizado a sistema informatizado estão entre as práticas definidas como crime pelo Projeto de Lei da Câmara 89/03, que recebeu, na última terça-feira, parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A proposta, que altera o Código Penal para tipificar delitos ligados à área de informática, será agora examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir, em caráter de urgência, para a deliberação do Plenário.

O projeto foi acolhido pela comissão depois que a vice-líder do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), comprometeu-se a solicitar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao artigo 5º, segundo o qual a divulgação por meio da Internet de pornografia infantil seria punida

com reclusão de um a quatro anos. Isso porque o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor, já estabelece penas maiores, de dois a seis anos.

O presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), havia apresentado emenda, aceita pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para retirar o dispositivo do texto. Mas verificou que a aprovação de sua proposta acabaria levando o projeto de volta à Câmara, o que atrasaria a regulamentação dos crimes ligados à informática. A solução foi aprovar o texto proveniente da Câmara, com a promessa de veto parcial.

Hélio Costa se comprometeu, em seguida, a apresentar um novo projeto destinado a atualizar o texto da Câmara. Ele disse ter pelo menos 15 sugestões de alteração do projeto, para incluir novos temas que ainda não haviam surgido à



Hélio Costa, ao lado de Augusto Botelho (E), presidiu a votação do projeto, que deverá sofrer veto parcial do presidente da República

época de apresentação do texto inicial, há seis anos.

O acesso indevido a meio eletrônico ou sistema informatizado, de acordo com o projeto, será punido com detenção de três meses a um ano, além de multa.

A comissão aprovou ainda, em turno suplementar, o projeto de lei do Senado (PLS 453/03) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que estabelece uma cota mínima de 50% das vagas nos vestibulares das universidades públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições da rede

pública estadual, federal ou municipal.

A pedido de José Jorge (PFL-PE), o presidente da comissão comprometeu-se a colocar em votação, esta semana, projeto de autoria do senador pefelista que garante autonomia às universidades públicas federais na escolha do modelo de cotas a ser adotado em cada instituição, no sentido de beneficiar estudantes por critérios de raça ou de condição social.

Foi aprovado ainda pela comissão requerimento que determina a realização de audiência pública para debater a implantação da televisão digital no Brasil.

Alexandre Tombini é aprovado para o BC

O economista Alexandre Antonio Tombini, indicado para ocupar a Diretoria de Estudos Especiais do Banco Central, teve seu nome aprovado na última terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na tarde do mesmo dia, o Plenário, por 49 votos a 8, referendou a decisão da CAE. "Tombini tem muita experiência e sólida formação acadêmica. É também um especialista em metas de inflação", disse o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na sabatina na CAE, Tombini – que é funcionário de carreira, com experiência no Fundo Monetário Internacional (FMI), e

integrou a equipe econômica do governo anterior – afirmou que, com o controle da inflação, em "futuro não muito distante", as taxas de juros poderão ser reduzidas. A inflação, previu, deverá se equilibrar em torno das metas previstas pelo BC – 5,5%, em 2005, e 4,5% em 2006. Para Mercadante, essas metas poderiam ser menos apertadas.

Muitos senadores louvaram a escolha de Tombini como um dos responsáveis pela formulação do sistema de metas de inflação, balizas da política de juros vigentes desde 1999. Tombini admitiu que as taxas estão altas, mas que, com a volta da inflação



JOSÉ CRUZ

Tombini é um dos formuladores do sistema de metas de inflação adotado pelo governo

à trajetória das metas, poderão baixar. O economista defendeu um determinado nível de independência do BC.

O parecer favorável à indicação foi feito pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Nota técnica afirma que Marta feriu a legislação

Ao contrário do defendido pela ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), houve uma operação de crédito junto ao Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente), com o refinanciamento das dívidas entre aquela prefeitura e a Eletropaulo. Essa é a avaliação do consultor legislativo Marcos Mendes, exposta em nota técnica lida pelo presidente do colegiado, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Marta alega que o aditamento ao contrato com o Reluz não representou nova operação de

crédito. Tudo não teria passado, segundo a ex-prefeita, de uma "questão formal" e, por isso, seria dispensável pedir autorização à Câmara de Vereadores e ao Ministério da Fazenda. Para ela, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi observada no instrumento contratual no qual o município se reconhece devedor da Eletropaulo. Na nota técnica, entretanto, o consultor argumenta que, ao reconhecer a dívida com a Eletropaulo e assinar o aditamento, a prefeitura de São Paulo elevou sua dívida consolidada, e isso representa uma operação de crédito.

Projetos

Atualizações no processo penal

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou duas novas propostas de lei. A primeira muda o processo penal, objetivando dar à autoridade policial o poder de levantar os bens do indiciado, para permitir a determinação da indisponibilidade dos bens e tornar a reparação do dano um dos componentes da persecução processual penal (PLS 140/05). A segunda estabelece as atividades sociais e ambientais das empresas como critério de desempate em licitações, no caso de igualdade de condições entre os escolhidos.

Registro para veículo recuperado

O relatório da CPI do Desmanche propôs uma mudança na legislação, para dar mais segurança a quem adquire veículos recuperados, ou seja, que tiveram perda total em acidentes de trânsito. A proposta (PLS 142/05) determina a inclusão, no

certificado de propriedade, da expressão "veículo recuperado". O resguardo previne que o novo proprietário seja enganado pelo recuperador do automóvel. O texto obriga ainda procedimentos como a marcação de peças, entre outros.

Homenagens e novas universidades

O senador Osmar Dias (PDT-PR) quer dar ao aeroporto de Londrina o nome de "Governador José Richa" [ver matéria à página 10] com o PLS 141/05. Já Aelton Freitas (PL-MG) sugere que o aeroporto de Uberaba passe a se chamar "Mário de Almeida Franco" (PLS 153/05). O senador Paulo Paim (PT-RS) propõe que o Executivo federalize a Universidade da Região de Campanha, em Bagé (PLS 155/5), enquanto Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) pede a criação da Escola Agrotécnica de Rio Branco (PLS 156/05).

Mais deduções no Imposto de Renda

Os salários pagos a empregados domésticos e as despesas com medicamentos podem fazer parte dos valores dedutíveis do Imposto de Renda Pessoa Física. É o que determinam projetos (PLSs 149/05 e 152/05) apresentados pelos senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Mão Santa (PMDB-PI), respectivamente.

Restrições à atuação de indicados para o Banco Central

Para impor credibilidade ao Banco Central, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) propõe que, dos nove membros da diretoria do BC, pelo menos quatro não tenham sido sócios, empregados ou prestadores regulares de serviços a instituições financeiras no ano anterior ao da nomeação (PLS 160/05).

"Seria a única maneira de garantir um Banco Central independente do corporativismo do setor financeiro", justificou.

Abatimento da dívida pública em favor da educação

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pretende tornar públicas as reuniões do Capes, órgão federal responsável pela concessão de bolsas e pela avaliação dos cursos de pós-graduação. É o que determina projeto de sua autoria (PLS 146/05). Já o senador Cristovam Buarque (PT-DF) propõe que sejam abatidos 20% do pagamento da dívida pública dos estados e municípios em troca de maiores investimentos em educação (PLS 145/05).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 26 de abril e 11 de maio

PLENÁRIO

Simon critica despesas com juros da dívida

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a “nação brasileira não pode existir apenas para pagar os juros de sua monumental dívida pública” e os cidadãos “não podem continuar existindo só para pagar impostos ao governo”. Ele se declarou impressionado com números e comparações sobre dívida e juros preparados pela Consultoria Técnica do Senado.

– As despesas do setor público com juros dobraram entre 2000 e 2003, passando de R\$ 77 bilhões para R\$ 145 bilhões. A dívida do país é monumental, talvez impagável – opinou.

Simon informou que a dívida líquida de todo o setor público fechou 2004 em R\$ 960 bilhões, dos quais R\$ 610 bilhões eram devidos pela União. Os estados deviam R\$ 305 bilhões e os municípios, R\$ 45 bilhões.

Para o senador, o governo tem de buscar alternativas ao pagamento de juros elevados como forma de conter a inflação, o que foi reconhecido até mesmo pelo presidente Luiz Inácio Lula



Simon relata que, em 2004, gasto com juros foi 28 vezes maior que os investimentos. “É de impressionar”, comentou o senador

da Silva em recente entrevista à imprensa. O reconhecimento, disse, mostra que o governo “não tem um programa econômico” e se limitou a seguir o programa de Fernando Henrique Cardoso.

Pedro Simon lembrou declaração recente do vice-presidente, José Alencar, que comparou os gastos de juros com os investimentos. Entre 2003 e 2004, o governo brasileiro pagou R\$ 280 bilhões de juros, mas os investimentos ficaram em apenas R\$ 10 bilhões.

– É de impressionar mesmo: o gasto com juros foi 28 vezes maior que o investimento – destacou o senador.

Simon descreveu um histórico da dívida externa do país, hoje de US\$ 235 bilhões, e observou que os economistas a consideram administrável e que o problema está na dívida interna.

O senador declarou ainda o governo não deveria ter insistido com sua bancada para retirar as assinaturas no requerimento para a criação da CPI dos Correios.

Mercadante contesta números da oposição

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), refutou as afirmações de que a carga tributária

aumentou no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, os tributos no governo anterior, do presidente Fernando Henrique Cardoso, passaram de 11,68% do produto interno bruto (PIB), em 1997, para 16,34% do PIB, em 2002, mantendo-se sempre abaixo disso nos últimos dois anos.

– Desafio qualquer parlamentar de oposição a apresentar dados oficiais, que sejam reconhecidos por qualquer instituição, que

demonstrem aumento da carga tributária neste governo – disse.

Mercadante contestou tam-

bém o aumento de gastos com pessoal no atual governo. Ele afirmou que a folha de pagamento no governo anterior chegou a R\$ 94,945 bilhões, com aumento de R\$ 7 bilhões no paga-

mento de inativos e com grande acréscimo na remuneração de trabalhadores terceirizados, cujo gasto anual passou de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 14,3 bilhões.

– O gasto com terceirizados praticamente triplicou – destacou Mercadante, acrescentando que o atual governo cortou R\$ 8,8

bilhões nesses gastos, estando a folha de pagamento hoje em R\$ 92,548 bilhões.

O líder do governo reconheceu a procedência das críticas ao programa Primeiro Emprego, para ele pouco eficiente, mas afirmou que os 2,1 milhões de empregos formais criados nos dois anos e meio do atual governo representam três vezes mais do que todos os empregos criados nos oito anos da gestão anterior.

Mercadante enalteceu o combate à corrupção do atual governo, destacando o desempenho da Polícia Federal. Segundo ele, todas as medidas cabíveis na investigação da corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foram tomadas e “tudo será apurado com muito rigor”.

Senador afirma que gastos com pessoal caíram no governo Lula

Presidência



O presidente em exercício da República e ministro da Defesa, José Alencar, homenageou, na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, com a Ordem do Mérito da Defesa e a Medalha da Vitória. Outras 275 autoridades civis e militares foram também condecoradas, num reconhecimento à contribuição, mediante seu trabalho, para o cumprimento da missão das Forças Armadas. Na ordem do dia, Alencar destacou que as Forças Armadas, “garantia constitucional da democracia, encontram seu apoio mais sólido no conjunto de nossa sociedade”.

Curtas

Renan cobra do governo agenda para o país

Em solenidade realizada na terça-feira, na Confederação Nacional do Comércio, o presidente Renan Calheiros disse que, em dois anos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não estabeleceu uma agenda que pautar a sociedade, o Congresso Nacional e a mídia.

– Se o governo não tiver uma agenda que não seja de partido, mas que seja do Brasil, vai continuar sendo pautado; vai ficar permanentemente acuado – afirmou.

Lars Graef quer mudança na Timemania

O secretário de Esportes do estado de São Paulo, Lars Graef, encaminhou ao presidente Renan Calheiros pleito de secretários e gestores estaduais de esporte para que a Medida Provisória 249, que cria a loteria Timemania, receba emenda para preservar o mesmo rateio de recursos garantido na Lei Pelé.

Suassuna quer fomento à produção

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo federal políticas agressivas de fomento à produção e ao emprego, as quais possibilitem o fortalecimento da economia brasileira. De acordo com Suassuna, o Estado deve desempenhar o papel de grande indutor da economia, contribuindo para a geração de emprego e renda.

– Acreditamos que o presidente Lula acerta em acolher os preceitos da responsabilidade fiscal. Entretanto, temos que cobrar das autoridades econômicas medidas cada vez mais firmes e concretas no sentido de revigorar e fortalecer nosso sistema produtivo – afirmou. Ney Suassuna pediu ainda ao governo federal a adoção de outras medidas de incentivo ao microcrédito.

José Jorge acusa PT de "aparelhar o Estado"

Ao comentar reportagem da *Folha de S. Paulo* do último 16 de maio, o senador José Jorge (PFL-PE) acusou o Partido dos Trabalhadores (PT) de “aparelhamento do Estado”, ao obrigar filiados ocupantes de cargos públicos a contribuírem financeiramente para o caixa do partido. Segundo o jornal, informou o senador, “a chegada ao governo federal em 2003 aumentou em 730% a receita do partido com a contribuição obrigatória de seus filiados”.

José Jorge afirmou que a prestação de contas do PT junto ao Tribunal Superior Eleitoral, referente a 2004, demonstra o crescimento da contribuição de filiados. O total em 2002 foi de R\$ 341 mil e deu, em 2004, um “salto estonteante” para R\$ 3,32 milhões.

Sibá rechaça internacionalização da Amazônia

O senador Sibá Machado (PT-AC) condenou as pressões externas pela internacionalização da Amazônia e defendeu a gestão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ele ressaltou que, na maioria dos estados da região Norte, o desmatamento diminuiu. – Quando o mundo acabar com a fome e com a guerra e dividir o Museu do Louvre, a Amazônia também será internacionalizada – disse. Sibá elogiou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Amazônia é coisa nossa”, com crítica a declarações do comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, para quem “o Brasil tem que responder pelo desmatamento da floresta”.

Papaléo pede que governo pare de elevar as taxas de juros

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a equipe econômica do governo não aumente mais a taxa básica de juros (Selic). Papaléo fez referência ao último aumento dos juros, anunciado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) no dia 18, quando a Selic alcançou 19,75% ao ano. O senador afirmou que essa é a maior taxa de juros do mundo e alertou para o fato de economistas brasileiros preverem uma “crise de consequências imprevisíveis”, caso a elevação dos juros continue.

– O aumento dos juros piora a competitividade das empresas brasileiras no exterior, o que é de certa forma um paradoxo, pois o governo vem, por meio de constantes viagens, buscando novos mercados – avaliou Papaléo.

ACM defende socorro aos produtores de cacau baianos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou providências do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com relação à crise que afeta os produtores de cacau na Bahia. Segundo Antonio Carlos, o ministro teria prometido autorizar o adiamento da cobrança da dívida dos produtores desse setor.

– O ministro da Fazenda é um homem sério e por isso tem o dever de atender ao que é justo e de não negar os recursos indispensáveis àqueles que precisam – argumentou ele.

O parlamentar se disse emocionado com o trabalho da bailarina e fisioterapeuta Fernanda Bianchini, que comanda uma associação que oferece aulas de balé, artes plásticas, dança de salão, teatro e violão para deficientes visuais.

Mão Santa condena juros altos e clama por igualdade

A política de juros altos praticada pelo governo voltou a ser criticada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele também conclamou a todos a lutarem pelo ideal de igualdade no Brasil.

O parlamentar afirmou que a política de juros é injusta porque favorece os bancos e prejudica os trabalhadores. Ele citou cálculo segundo o qual o trabalhador que tivesse depositado R\$ 100 em sua poupança, em 1994, poderia sacar hoje R\$ 300; mas quem tivesse tomado emprestado o mesmo valor na mesma época estaria devendo hoje R\$ 300 mil.

– Quem poupou poderia comprar hoje alguns pneus, enquanto o banco que emprestou poderia comprar nove carros – estimou.

PLENÁRIO

Renan condena imposto menor para importar coco

Renan Calheiros protestou contra decisão do governo de reduzir, de 55% para 10%, a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul sobre o coco ralado. Feita em julho de 2004, a redução deixou 224 mil produtores à beira da falência e meio milhão de trabalhadores ameaçados de desemprego, afirmou Renan. – Essa crise tem um nome: concorrência desleal. E um sobrenome: importação desenfreada – disse. De dezembro a fevereiro foram importadas 400 toneladas a mais de coco ralado, cujo preço caiu até 36%, apontou.

César Borges critica projeto para saneamento

Em defesa do projeto que estabelece marcos para os serviços de saneamento (PLS 155/05), o senador César Borges (PFL-BA) disse que a proposta “representa o aperfeiçoamento da estrutura que deu e continua dando certo, mas que precisa ser fortalecida com recursos”. – Não vamos aceitar pacotes prontos do Executivo – declarou, referindo-se ao anúncio de proposta do Ministério das Cidades, que a seu ver “destrói” o sistema hoje existente, em vez de melhorá-lo.

Hélio Costa celebra convênio para sanear Furnas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) elogiou convênio entre os governos do Brasil e do Japão para sanear o entorno da hidrelétrica de Furnas. “Das 64 cidades que ficam ao redor do lago, a maioria não tem esgoto encanado”, afirmou. O senador estima que cerca de 60 municípios do entorno de Furnas serão beneficiados. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), que executará as obras, vai gerar parte dos recursos.

Fátima Cleide quer comissão para avaliar crise em RO

O Congresso poderá criar comissão mista especial externa, formada por senadores e deputados, para dar parecer sobre a crise política que ocorre no estado de Rondônia. A crise foi agravada com a veiculação, pela TV Globo, de imagens nas quais deputados estaduais são flagrados exigindo propina do governador Ivo Cassol em troca de governabilidade. A criação da comissão foi requerida na quarta-feira pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Delcídio: é preciso espaço para crescer

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), destacou o relatório do Banco Mundial “Fazendo negócios em 2005: removendo obstáculos contra o crescimento” para defender mudanças na legislação trabalhista e medidas que incrementem os negócios no país. O estudo investiga a atividade empresarial em 145 países e mostra avanços do Brasil, mas também, ele frisou, atrasos quanto à abertura e ao fechamento de empresas e à legislação trabalhista.

O estudo abrange sete áreas: contratação e demissão de funcionários; registro da propriedade; crédito; proteção dos investidores; cumprimento de contratos; e fechamento de empresas. “Nessas áreas, é necessário e urgente que o Brasil apresente melhores resultados”, avaliou. Uma pessoa

leva 152 dias para abrir uma empresa no país; a média na América Latina é de 70; na Austrália, apenas dois.

Outro entrave é a rigidez das regras trabalhistas, ele disse. O Índice de Regulamentação Trabalhista do Banco Mundial, de 0 a 100, reúne itens como jornada de trabalho, remuneração de horas extras e procedimentos para demissões. Quanto maior o índice, maior a burocracia trabalhista. O do Brasil é 72; a média da América Latina é 44; e o Chile apresenta um dos melhores índices, 19.

– O aperfeiçoamento da legislação trabalhista é extremamente relevante e não



CÉLIO AZEVEDO

Delcídio destaca burocracia e rigidez de regras trabalhistas como obstáculos

pode deixar de ser incluído na agenda do Parlamento – afirmou Delcídio, apontando a importância da aprovação da Lei de Falências para agilizar a recuperação de empresas. Ele também classifica como indispensável a regulamentação da reforma do Judiciário, outro avanço citado pelo parlamentar.

Sarney elogia destinação de terra ao Amapá

O senador José Sarney (PMDB-AP) saudou o presidente da República pela iniciativa de editar decreto, publicado na última segunda-feira no *Diário Oficial* da União, instituindo grupo de trabalho intergovernamental para analisar e viabilizar, em 90 dias, a destinação de terras da União para o Amapá. A providência era necessária, comentou, para pôr

fim à “confusão fundiária” que até hoje persiste no estado.

Sarney explicou que a transformação do antigo território federal

em estado não foi acompanhada pelo repasse do domínio das terras da União, em desorganização territorial que teria prejudicado o desenvolvimento agrário do Amapá.

– Estou convencido de que esse grupo de trabalho abrirá o caminho para a restituição das terras ao estado do Amapá – declarou.

O senador obteve que o Amapá é um dos estados que há mais tempo teve seu território definido. Conforme comentou, a identificação dessas

terras foi feita, em janeiro de 1900, pelo navegador espanhol Vicente Pinzón. Cobiçada por ingleses, irlandeses, holandeses e franceses, só em 1900 o domínio brasileiro sobre a região teria sido declarado e reconhecido internacionalmente.

A transformação do Amapá em território federal se deu pelo Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, passando à condição de estado com a promulgação da Constituição de 1988. Apesar dessa previsão constitucional, grande parte das terras do estado continuaram vinculadas ao patrimônio da União, informou Sarney.

Iniciativa acabará com “confusão fundiária” no estado, diz senador

Crivella anuncia que vai processar revista IstoÉ

Citado pela revista *IstoÉ* como proprietário de empresas em paraísos fiscais e participante de esquema que resultou na compra da TV Record, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que a reportagem é falsa e que vai processar a revista.

– A reportagem é falsa e leviana do início ao fim – afirmou, acrescentando que as denúncias são requentadas e sempre publicadas quando ele se candidata a algum cargo político, como aconteceu ao disputar a prefeitura do Rio de Janeiro.

– Tudo isso são calúnias que, na campanha, tinham o propósito de me tirar votos, e, agora, voltam com o propósito de me intimidar em relação ao meu trabalho político no Senado e, quem sabe, inviabilizar futuras candidaturas – disse Crivella.

De acordo com o senador, os documentos exibidos pela revista são apócrifos. Ele lamentou que um órgão de comunicação fundamente suas denúncias em “cópias xerox”. E anunciou que está estudando a possibilidade de apresentar projeto no Senado para impedir que cópias xerografadas e sem autenticação possam servir de fonte para acusações nos meios de comunicação.



Marcelo Crivella

Paulo Octávio também contesta publicação

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) garantiu que não tem fundamento denúncia publicada na revista *IstoÉ* de que teria se apropriado indevidamente de R\$ 160 milhões de um projeto de construção de 700 apartamentos com recursos da Funcef, fundo de pensão dos servidores da Caixa Econômica Federal. Ele anunciou que irá interpor judicialmente a Três Editorial, responsável pela revista.

Segundo a publicação, auditores da Caixa acusam o senador de apropriação indébita e apontam que ele teria assinado ata de assembléia do fundo já no exercício de mandato, em 1998. Paulo Octávio lembrou que foi deputado nos períodos de 1991 a 1995 e de 1999 a 2003. Para o senador, as denúncias podem ter surgido porque ele lidera a preferência popular nas pesquisas de opinião pública para governador do Distrito Federal. “O objetivo é atirar no empresário e acertar no político”, avaliou.

Paulo Octávio disse ainda que os negócios de sua empresa são geridos por executivos contratados e que todos os atos da Funcef são públicos, registrados em cartório e arquivados na Comissão de Valores Mobiliários, que os aprova e fiscaliza.



Paulo Octávio

É necessário superar impasse do petróleo boliviano, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado e ao Ministério das Relações Exteriores que negociem com o governo boliviano uma saída diplomática para o impasse causado pela Lei dos Hidrocarbonetos, em vigor desde a semana passada naquele país. A nova legislação elevou impostos sobre petróleo e gás, o que pode inviabilizar investimentos da Petrobras e encarecer o fornecimento ao Brasil.

Em aparte, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) apoiou a sugestão de Tebet.

Para Paim, obra deanel rodoviário requer pressa

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu, na quarta-feira, pressa para a construção do anel rodoviário metropolitano de Porto Alegre, intitulado Rodovia do Progresso, a fim de estabelecer uma rota alternativa para o tráfego da rodovia BR-116. Ele disse que, além dos grandes congestionamentos registrados diariamente naquela via, o trecho entre Novo Hamburgo e Porto Alegre é considerado o mais violento entre as estradas federais do país – com 2.281 acidentes só em 2004.

Almeida Lima pede voto de pesar por Fernando Franco

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) apresentou requerimento de voto de pesar e homenagem póstuma ao desembargador e ex-deputado estadual Fernando Ribeiro Franco, falecido na última segunda-feira, aos 65 anos, em São Paulo. Fernando Franco presidiu o Legislativo sergipano. O Senado encaminhará voto de pesar ao Tribunal de Justiça do estado de Sergipe, ao governo daquele estado e apresentará condolências aos familiares.

Sarney saúda dez anos do *Jornal do Senado*

O senador José Sarney (PMDB-AP) saudou a equipe da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal pelos dez anos do *Jornal do Senado*. O senador lembrou que o periódico foi criado durante seu primeiro mandato como presidente da Casa. Renan Calheiros se associou a Sarney e disse que o jornal “atende à ansiedade de brasileiros que buscam conhecer o que acontece no dia-a-dia da Casa”.

COMISSÕES

Para Efraim, administração do PT gasta de forma irracional

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou na quarta-feira que, depois de dois anos e meio do governo Luiz Inácio Lula da Silva, os números demonstram que a administração do PT gasta o dinheiro público de forma irracional, no que é supérfluo, e investe pouco no que poderia contribuir para melhorar a vida da população.

Em defesa de sua tese, Efraim citou duas matérias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense* na semana passada. A primeira informou que, nos últimos dois anos, o governo gastou R\$ 39,2 milhões na reforma de prédios da Esplanada dos Ministérios. O senador destacou que especialistas consultados garantiram que melhores resultados poderiam ser obtidos com menos dinheiro.

Em outra matéria, o jornal informou que, até o dia 10 de maio, o governo havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para este ano. Dos R\$ 21,6 bilhões previstos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso, tinham sido pagos até aquela data R\$ 255 milhões. Segundo Efraim, muitos programas tidos como prioritários pelo Executivo não receberam um centavo.

João Alberto defende aprovação de empréstimo

Em sessão plenária na sexta-feira, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) afirmou que os parlamentares maranhenses são favoráveis e vêm defendendo a aprovação de empréstimo de US\$ 30 milhões do Banco Mundial para aquele estado – dinheiro que deverá ser usado para combater a pobreza no meio rural. Segundo ele, os parlamentares têm sido acusados pela imprensa local de não se empenharem pela aprovação do empréstimo, cuja proposta está em exame no Senado.

– Não é nesta Casa que há obstáculo, mas no próprio banco, que é rigoroso na concessão de empréstimos – disse.

João Alberto destacou, entretanto, que o Banco Mundial tradicionalmente financia projetos no estado, que já recebeu do banco um total de R\$ 427,8 milhões.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) assinalou que considera “uma injustiça” atribuir aos senadores má vontade para com o empréstimo. O senador Marco Maciel (PFL-PE) também apoiou a aprovação do projeto e destacou que a tramitação de empréstimo externo é complexa.

Fortalecer o Mercosul é vocação, diz Maciel

Ao discursar em Plenário na sexta-feira, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse considerar que a prioridade da política externa brasileira deve ser o fortalecimento do Mercosul. Para Maciel, fortalecer essa aliança aumentaria a presença do Brasil na política internacional e a intensidade de seu comércio exterior.

– Nossa prioridade deve ser a consolidação do Mercosul. Como disse Celso Lafer (ex-ministro de Relações Exteriores), ‘Mercosul não é opção, é destino’. Como sabemos, a geografia condiciona a história de um país e a circunstância de estarmos na América do Sul nos torna naturalmente parceiros de nossos vizinhos – argumentou o senador.

Maciel defendeu ainda a necessidade de ampliação do Mercosul, de modo a incorporar todos os países da América Meridional em um novo bloco, denominado Associação de Livre Comércio da



Maciel defende a necessidade de ampliação do bloco econômico, de modo a incorporar todos os países da América Meridional

América do Sul (ALCSA).

– Isso seria, a meu ver, algo muito importante, pois ajudaria a melhorar a interlocução com duas outras grandes alianças: a União Européia e a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) – explicou ele.

Ao cobrar maior ênfase do governo federal no Mercosul, Maciel lembrou que o bloco, nos últimos anos, tem tido mais

reveses do que conquistas.

– Precisamos dar um pouco mais de ênfase no Mercosul; essa é talvez a nossa questão central. Preocupo-me quando observo que as negociações não se desenvolvem. A sensação que passa para a sociedade, inclusive para o empresariado, é que estamos vivendo momentos de retrocesso em conquistas já feitas – ressaltou.

Lobão critica compra de pneus usados

O senador Edison Lobão (PFL-MA), na sexta-feira, classificou de absurdas as pressões oriundas de grupos econômicos que defendem a volta da importação de pneus usados, que seriam colocados à venda no mercado local sob a classificação de remodelados. Para ele, tais pneus importados não passam de “verdadeiras sucatas com marketing de seminovos”.

Edison Lobão informou que a importação de pneus usados já é feita na área do Mercosul,

por alguns setores econômicos ou por força de liminares concedidas pela Justiça. Mas entende que a ampliação para todo o país é inconveniente, já que pneu remodelado, conforme os especialistas, não tem garantia de qualidade.

– Pneus com sulcos de profundidade inferior a 1,6 milímetro, como os remodelados – um novo tem 7mm –, não oferecem a devida segurança e, ao trafegar em piso molhado, perdem o contato com o solo,

deixando os motoristas sem o controle do veículo – alertou.

O senador Edison Lobão reconheceu que é acirrada, no mercado brasileiro, a disputa que envolve as indústrias de pneus novos e os fabricantes de remodelados, razão pela qual defendeu que o problema seja equacionado de uma vez por todas pelo governo federal. Em aparte, o senador José Agripino (PFL-RN) disse que “importar pneu usado é importar lixo”.

Parecer da PEC Paralela deve sair logo

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou que, até o final da próxima semana, ou, no mais tardar, até o início da semana seguinte, apresentará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu parecer a respeito da chamada PEC Paralela da Previdência, que voltou ao Senado por ter sido modificada na Câmara dos Deputados. Tourinho defende a aprovação e promulgação da proposta antes do início do recesso do Congresso Nacional, previsto para julho.

– Meu relatório tem por objetivo honrar e preservar o espírito da PEC Paralela aprovada por unanimidade no Senado, graças a um acordo feito naquela época que envolveu todas as lideranças partidárias e mais os ministros da Casa Civil, da Previdência e até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entendo que deve ser compromisso de honra do Senado aprovar a PEC o mais rapidamente possível – afirmou Tourinho.

A respeito da preocupação de senadores e servidores públicos de que, se as 23 alterações pro-

movidas pelos deputados na PEC Paralela forem modificadas, parte dela terá que voltar para exame dos deputados, Rodolpho Tourinho antecipa que a essência da proposta será mantida. Dessa forma, explicou o senador, as principais medidas que beneficiam o funcionalismo público poderão ser promulgadas.

Paridade, subteto e integralidade

O senador Paulo Paim (PT-RS) celebrou, na última segunda-feira, o fato de a PEC Paralela da Previdência estar de volta ao Senado, prestes a ser aprovada, depois de um ano e meio em tramitação. Ele disse acreditar que a proposta será votada antes do recesso de julho.

– Eu me sinto orgulhoso por ter colaborado com a proposta. A PEC Paralela garante paridade,

subteto, integralidade e aposentadoria para a dona de casa. Resolve a maioria dos problemas de milhares de servidores públicos. Tenho esperanças de que ela se torne uma realidade – afirmou Paim.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse desejar que as modificações na Previdência passem a valer o mais rapidamente possível.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), por sua vez, pediu rapidez na apresentação do relatório que vem sendo elaborado por Rodolpho Tourinho.



Tourinho afirma que deve ser compromisso de honra do Senado aprovar a PEC rapidamente

Zambiasi apóia reivindicação de produtores de arroz

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que receba em audiência, tão logo retorne de viagem ao exterior, uma delegação de arroteiros gaúchos para discutir melhorias nas condições da produção e comercialização do arroz brasileiro. Zambiasi adiantou que os produtores também irão solicitar ao presidente a imediata liberação de recursos federais para a compra de um milhão de toneladas de arroz excedente oriundo da Argentina e Uruguai. Esse arroz, diz o senador, teria entrado no país a preços mais baixos que os da produção nacional.

– Para agravar, temos limitações no controle fitossanitário e ausência de análise de resíduos no arroz importado, colocando em risco a saúde da população, ao contrário do arroz brasileiro, que passa por rigorosa fiscalização – disse.

Zambiasi também afirmou que já está adiantada a criação do Parlamento do Mercosul, ao qual caberá propor projetos e desenvolver trabalhos conjuntos entre os congressos dos países membros do Mercosul, para fomentar a democracia e as relações comerciais, a partir de 2011.

Simon registra indicação de brasileiro para prêmio científico

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou a indicação de Jeter Jorge Bertoletti, de Caxias do Sul (RS), para o prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, criado em 1952 pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Simon destacou que o prêmio destina-se a profissionais que tenham contribuído para a divulgação e interpretação de questões científicas mundiais e para o desenvolvimento cultural e econômico.

Entre as entidades que indicaram Bertoletti, estão a Associação Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Academia de Ciências do Brasil. A indicação, disse Simon, deve-se a projetos de popularização da ciência e inclusão social promovidos pelo professor, entre eles a fundação do Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (RS). Bertoletti, formado em História Natural, é professor de Geografia Biológica.

Simon lembrou que quatro brasileiros já receberam o prêmio Kalinga – a última vez foi em 2000.

Voz do Leitor

NOVOS ESTADOS

"Sugiro a retirada da Constituição do dispositivo que autoriza a criação de novos estados e permite que os salários e as aposentadorias de seus funcionários fiquem por conta da União."

Dílson Pereira, de Porteirinha (MG)

GOVERNO

"Considero que o governo Lula, ao admitir seus erros, deu uma lição para a oposição, que não admite nenhum dos seus tantos graves erros para o país."

Raphael Laurence Lacerda Costa, de Araguaçu (TO)

CANDIDATOS

"Concordo com a proibição da candidatura de quem esteja respondendo a processo judicial. Sou a favor da posição do desembargador do TRE do Rio de Janeiro, Marcos Faver. Um candidato deve ser pessoa isenta e estar limpo com a Justiça para dar bom exemplo à população."

Roberto Carlos Ferreira, de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)

CARGA HORÁRIA

"Com a redução da carga horária de trabalho de oito para seis horas ao dia, o trabalhador brasileiro teria mais tempo para resolver seus problemas e para estudar. Isso diminuiria o número de analfabetos no Brasil."

Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)

MAIORIDADE PENAL

"A quem interessa a não-redução da maioria penal,

já que estamos vendo a cada dia o crescimento do número de crimes e delitos praticados por jovens? O atual sistema não resolve os problemas e não dá uma solução. Eu acredito que, reformuladas as leis, a sociedade poderá respirar aliviada, e atender ao grito de alerta que é dado todos os dias: diga não à violência."

Joenilson Batista Santos, de Salvador (BA)

DELEGACIA DE MULHERES

"Senadora Fátima Cleide, solicito a sua intervenção junto ao governo federal para que se criem delegacias de mulheres em todos os municípios do país."

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

CRECHES

Senadora Heloísa Helena, tornar obrigatório e gratuito o ensino infantil é dar oportunidade não só para essas crianças, como também para as mães delas, que muitas vezes não têm sequer boa alimentação para oferecer aos filhos e são obrigadas a deixá-los em casa para poderem trabalhar. Estou convicto de que a educação básica tem de ser assegurada se quisermos que as crianças cheguem no futuro ao ensino superior."

Erivaldo de Jesus Silva, de Porto Alegre (RS)

PUNIÇÃO

"Senador Tião Viana, sugiro a apresentação de projeto que garanta uma punição mais rigorosa para os crimes cometidos por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário."

Francisco Ricarte de Souza, de Acopiara (CE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

VERBAS PARA PREFEITURAS

Arlton Bronze, de Mascote (BA)

"Senadora Serys Slhessarenko, gostaria de saber como faço para me manter informado sobre as eventuais verbas que cheguem à prefeitura do município onde moro, e como e em que são gastas pela administração."

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) responde:

Sugiro ao nobre cidadão que entre em contato com um dos representantes de seu estado no Congresso (deputados federais ou senadores pela Bahia), pois eles têm acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi) e poderão fornecer as informações sobre as verbas destinadas ao município pela União. Com relação ao acompanhamento dos gastos municipais efetuados com receitas próprias, a atitude a ser tomada é o acompanhamento direto, pelo próprio cidadão, procurando a prefeitura municipal para que tenha suas dúvidas esclarecidas. Caso as informações lhe sejam negadas, é aconselhável que o cidadão entre em contato com os representantes da câmara municipal, para que sejam solicitadas aos vereadores formalmente, por meio de requerimento.



SORTEIO LOTÉRICO

Paulo Vilela e Silva, de Lambari (MG)

"Senador Aelton Freitas, por que o sorteio lotérico não é feito ao vivo e divulgado nas mídias eletrônicas de comunicação com maiores esclarecimentos?"

O senador Aelton Freitas (PL-MG) responde:

Caro Paulo, na verdade, os sorteios já são feitos ao vivo. Todas as loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal têm seus sorteios realizados pelo Sistema Móvel de Sorteios da Caixa, também chamado de "Caminhão da Sorte". A cada semana é escolhida uma cidade-sede para os sorteios, que são realizados e fiscalizados com participação da comunidade local. Os horários são: Lotofácil - segundas, 20h/Loteria Federal - quartas e sábados, 19h/Lotomania - quartas e sábados, 20h/Quina - terças, quintas e sábados, 20h/Dupla-Sena - terças e sextas, 20h/Mega-Sena - quartas e sábados, 20h. Apenas excepcionalmente, e após comunicação ao público, a CEF realiza os sorteios em seu escritório em Brasília. Os resultados (incluindo o número de ganhadores, os valores dos prêmios e a quantidade de ganhadores por estado) são divulgados pelo Sistema Radiobrás, contratado pela CEF para essa tarefa, e repassados a todo o sistema de rádio do país. As mesmas informações são fornecidas a toda a imprensa nacional, pelo comunicado "Rede da Sorte", e a todos os empresários lotéricos (mais de 9 mil em todo o país), pelo "Fax-Prêmio". Embora não haja obrigatoriedade de os meios de comunicação divulgarem essas informações, eles, de fato, divulgam-nas. Por isso, entendendo ser desnecessário obrigar a CEF a fazer essa divulgação, o que imporia um custo administrativo ao sistema incompatível com o benefício correspondente. Além disso, é possível ao apostador cadastrar-se na página da CEF na Internet para receber os resultados das loterias de números, por e-mail e até pelo telefone celular.



Frases

"Já atravessamos turbilhões piores e o país caminhou"

Renan Calheiros, na sessão do Congresso em que foi lido o requerimento de criação da CPI dos Correios.

"A oposição quer um palanque antecipado? Ou quer investigar o caso dos Correios, que a Justiça já está investigando?"

Ideli Salvatti, defendendo a necessidade de uma definição sobre o que será investigado pela CPI.

Estou convencida, pela oposição, de que os objetivos dessa CPI, infelizmente, não são os de fazer uma apuração séria"

Ana Júlia, anunciando a decisão de não assinar a CPI dos Correios.

"O que está em jogo não é a sucessão presidencial, mas o restabelecimento da ética no Poder Legislativo e no Poder Executivo"

Jorge Bornhausen, esclarecendo que o objetivo da CPI dos Correios não é atingir o Palácio do Planalto, mas manter a integridade do Congresso Nacional.

"Não tenho nenhum acanhamento de dizer que pertenci ao regime militar e fui peça-chave para derrubá-lo. E o senador Mercadante tinha bem próximo a ele um dos mais atuantes integrantes do regime e traz nas veias o sangue de 64"

Antonio Carlos Magalhães, afirmando que apoiou o golpe de 1964, mas que, ao contrário do pai de Mercadante, o general do Exército Oswaldo Oliva, também trabalhou para acabar com o regime militar.

"Tivemos aqui a exposição de uma nova teoria genética, a de que ideologia e posicionamento político são transmitidos por herança hereditária"

Aloizio Mercadante, respondendo a Antonio Carlos Magalhães.

"O objetivo é atirar no empresário e acertar no político"

Paulo Octávio, anunciando que vai processar a Editora Três por denúncia de que ele teria se apropriado indevidamente de recursos do Funcef para a construção de apartamentos em Brasília.

Foto da Semana

Em sessão do Congresso Nacional realizada na quarta-feira, parlamentares acompanham a leitura do requerimento de criação da comissão parlamentar mista de inquérito que vai apurar denúncias de corrupção nos Correios. As lideranças partidárias devem indicar os 15 deputados e os 15 senadores que formarão o colegiado, que terá 180 dias para apresentar o relatório final dos trabalhos



JANE ARAÚJO

A taxa de juros e o cidadão

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, a taxa Selic sofreu novo reajuste, para 19,75%.

A decisão repercutiu de maneira negativa entre parlamentares e representantes dos setores produtivos, para os quais a taxa impede o crescimento econômico do país.

No entanto, poucos falam sobre os efeitos da taxa de juros no dia-a-dia do cidadão. O acompanhamento do debate se perde entre declarações de técnicos do governo e de analistas, geralmente em linguagem técnica, o chamado "economês".

Diante disso, o *Conexão Senado* discutirá o impacto dos juros na vida da população. Ouvintes também podem participar do debate, seja pelo endereço eletrônico conexao@senado.gov.br,

o telefone (61) 311-1261, ou o fax (61) 311-2777.

Aniversariantes do mês em destaque

O destaque musical da Rádio Senado é o *Música do Brasil*, apresentado no sábado, às 16h. A atração reúne músicos que fazem aniversário em junho, entre eles nomes como Chico Buarque, Elza Soares, Paulinho da Viola, Garoto e Ângela Maria.

Outro destaque do sábado é o *Música Erudita e seus Mestres*, às 11h, com a cantata profana *Carmina Burana*. Ela foi composta pelo alemão Karl Orff, baseado em textos de muitos séculos atrás, e foi um grande sucesso de público e de venda de discos. A interpretá-la, a Orquestra e o Coro Sinfônico da



Rádio de Berlim, acompanhados pelos coros infantil e adulto de Berlim.

No domingo, às 9h, o *Autores e Livros* apresenta entrevista com o escritor angolano José Eduardo Agualusa. Nascido em Huambo, planalto central de Angola, em 1960, ele é descendente de portu-

gueses e brasileiros. Publicou 12 livros, entre eles *Nação Crioula*, de 1998; *O Vendedor de Passados*, de 2004; e *Manual Prático de Levitação*, em 2005.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Aos olhos estrangeiros, um estranho Brasil do século 19

MARCOS M. DE AGUIAR

Os relatos de viagens estavam entre os gêneros literários mais lidos pelos europeus do período moderno, o que pode explicar a profusão de relatos sobre o Brasil do século 16 ao 19. No século 19, com o Império, viajantes com novas motivações apareceram. Naturalistas, botânicos e, como Daniel Kidder, missionários passaram a descrever o Brasil com outros olhos.

Nascido no estado de Nova York e pastor metodista, Kidder foi enviado pela American Bible Society ao Brasil, onde esteve, na companhia de sua mulher, entre 1837 e 1840. Viajou pelas províncias do Centro-Sul – Rio e São Paulo – e do Nordeste. Relato dessa experiência, sua principal obra, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, apresenta retratos vivos da topografia, ambiente urbano, natureza e costumes desses lugares. Suas descrições sobre a religiosidade, as festas, as formas de trabalho e a escravidão foram fartamente exploradas pela literatura especializada. O traço realista do livro era muito apreciado, tendo influenciado vários pensadores clássicos que interpretaram o Brasil.

O relato de viagem, no entanto, não é um retrato objetivo da realidade. Variados filtros



operam na percepção do autor. A análise que Kidder faz, por exemplo, da religiosidade popular do Brasil Império, em termos da exterioridade da fé e do apego às práticas religiosas associadas à representação, revela sua formação protestante. Isto não diminui o interesse de seus trabalhos. Uma das propriedades do relato do estrangeiro é mostrar o que os brasileiros ou os portugueses não se davam ao trabalho de descrever por considerarem óbvio.

Essa sensação de estranhamento valoriza a obra. O jocoso, o ridículo, o incompreendido remetem a um passado perdido. A leitura de Kidder pode oferecer a ocasião de reconstituir livremente esses indícios e recuperar, com isso, certos elos do passado com o nosso presente.

Marcos Magalhães de Aguiar, consultor legislativo do Senado. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, de Daniel Kidder, é publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

SENADO

ILB bate recorde na oferta de cursos para servidor

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), cuja missão é atuar no treinamento de servidores do Poder Legislativo, bateu recorde na oferta de cursos em abril e maio, com a abertura de 200 vagas em 19 cursos, entre eles Orçamento e Finanças Públicas; Segurança Nacional, Defesa e o Poder Legislativo no Brasil; Administração Legislativa; e Áudio Digitalização.

Somente no ano passado, o ILB recebeu 3.200 alunos em cerca de 70 turmas. “Nossa oferta vem crescendo em virtude da mudança de metodologia de trabalho”, afirma o diretor-executivo, Florian Madruga.

Recentemente o Senado firmou convênio técnico-científico e cultural com os ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência e Tecnologia; e da Defesa. Segundo o diretor do ILB, esses intercâmbios permitirão que os servidores dos ministérios possam fazer os cursos que tratam de temas relevantes às suas práticas profissionais.



Diretor-executivo do ILB, Florian Madruga (D), ao lado de Agaciél Maia, cumprimenta aluno após conclusão de curso

Já os cursos de educação a distância também estão atraindo a atenção de estrangeiros de países de língua portuguesa, entre eles servidores do Legislativo de Portugal, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

– Muitos querem conhecer nosso processo legislativo para até mesmo estudar pontos que podem ser aplicados em suas realidades – informa Florian Madruga.

Em 2004, 800 servidores participaram dos cursos a distância, que têm rito diferenciado de seleção e inscrição. Para as próximas turmas, as matrículas estarão abertas durante o mês de julho. Encontram-se em fase de desenvolvimento os cursos de Processo Legislativo; Princípios Constitucionais; Excelência no Atendimento; Papel do Senado como Estrutura do Poder Político; e Desenvolvimento Gerencial.

Valores éticos e cidadania

Criado em 1997, o ILB atua principalmente na capacitação técnico-profissional dos servidores, não apenas do Senado Federal, mas também das outras esferas do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal, ministrando cursos presenciais

e a distância.

Órgão executivo da Universidade do Legislativo (Unilegis), o ILB também tem desempenhado papel institucional mais amplo, levando à sociedade brasileira as experiências pioneiras e exitosas praticadas no âmbito

do Congresso Nacional. O objetivo da instituição é resgatar valores éticos e de cidadania no Brasil contemporâneo.

Informações sobre os cursos podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/ilb ou pelo telefone (61) 311-3394.

Conheça o Senado

Comissões parlamentares de inquérito foram criadas em 1952



Deputada Maria do Rosário, senadora Patrícia Saboya e senador Eduardo Azeredo, durante trabalhos da CPI da Exploração Sexual

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) estão entre os recursos legislativos que têm recebido mais destaque no contexto político atual. O andamento dos trabalhos, a conclusão das investigações, além das estratégias dos congressistas para criar ou até mesmo para “engavetar” uma determinada CPI são acompanhados pela sociedade, especialmente por meio da mídia.

As comissões foram regulamentadas em 1952, mas só adquiriram visibilidade a partir de 1980. No parecer à lei original, o então senador baiano Aloysio de Carvalho descrevia o instrumento como uma tentativa de equilibrar

o poder presidencial. “É indistigável a importância do papel que desempenham as comissões parlamentares de inquérito dentro do sistema presidencial, como o de resguardarem, enquanto possível, o princípio do equilíbrio entre os Poderes, invalidando, portanto, o predomínio total do Executivo”, registrava o relatório.

No fim do mesmo ano, o Senado instalou sua primeira CPI, por iniciativa do então senador Mozart Lago, para investigar irregularidades no comércio de cimento. Desde então, várias outras CPIs contribuíram para coibir a corrupção, como a do Judiciário, que analisou irregularidades

nos tribunais de Justiça, e a da Exploração Sexual, responsável por ações contra o abuso de crianças e adolescentes e pelo aperfeiçoamento da legislação, mediante projetos aprovados pelo Senado e que aguardam votação na Câmara. Destaca-se ainda a chamada Comissão dos Anões do Orçamento, que teve participação importante no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo.

As CPIs têm a prerrogativa de investigar, mas não podem punir. Para isso, é preciso que o Poder Judiciário dê continuidade aos trabalhos, já que é o responsável pelo processo penal.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor:

John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Valéria Ribeiro (61) 311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi

Emerich (61) 311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Saiba mais sobre a telefonia móvel

Nesta edição, os usuários de telefonia móvel (celular) vão conhecer alguns de seus direitos e os projetos que tramitam no Congresso para ampliá-los. Quem ainda não tem celular deve saber que, mesmo que seu nome tenha sido incluído na lista de inadimplentes de órgãos de proteção ao crédito, as operadoras não podem se negar a lhe vender uma linha de serviço celular, mas podem restringir a oferta a determinados planos. Quem já é usuário de serviço de telefonia móvel e verificar que seus direitos não estão sendo respeitados deve procurar sua operadora e, se não resolver, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou o Procon local.

FOTOS: MOREIRA MARIZ



O número de celulares habilitados no Brasil aumentou 53% entre janeiro de 2004 e de 2005

Direitos dos usuários de telefone celular

► **Assinatura básica** – No celular pós-pago, a assinatura básica é o valor do plano de serviço. O plano básico (que todas as empresas são obrigadas a oferecer) deve garantir direitos mínimos, como o recebimento de contas mensais e a discriminação dos valores cobrados. A unidade de tempo na telefonia móvel é o segundo ou o minuto, e não o pulso. Para quem possui o plano básico ou o de referência de serviço, somente são cobradas as ligações com duração de mais de três segundos e, do quarto ao trigésimo segundo, é cobrado o valor total correspondente a 30 segundos. As



condições, o preço e as características dos demais planos são variáveis e devem constar do contrato. No pré-pago não há assinatura mensal, mas o valor do minuto costuma ser mais caro que no pós-pago.

► **Tarifas** – Ligações entre localidades com o mesmo DDD são tarifadas como locais (Valor de Comunicação – VC1, o mais baixo). No pós-pago, os valores dos interurbanos devem vir detalhados na conta. Se os códigos DDDs da localidade de origem e da de destino tiverem o primeiro dígito em comum, a ligação é tarifada como VC2, e se o primeiro dígito for diferente, como VC3. Em cada interurbano você pode utilizar a prestadora de longa distância que escolher.

► **Qualidade do sinal** – Se, ao usar o celular em galerias, garagens, elevadores, montanhas ou túneis, ocorrer falha ou perda do sinal, informe à operadora e solicite providências, pois a Anatel requer condições mínimas de qualidade do serviço.

► **Área de registro (roaming)** – Ao contratar o serviço móvel, o usuário registra uma localidade onde vai usá-lo. Se fizer ou receber chamadas fora

dessa área, a prestadora pode cobrar o Adicional por Deslocamento de Chamadas (AD).

► **Área de cobertura** – É a rede telefônica de sua operadora. Se for viajar, verifique junto à empresa se o seu celular funcionará no destino.

► **Ligações a cobrar** – Mesmo que o consumidor não possua mais créditos no celular pré-pago, pode ligar a cobrar, desde que o último cartão inserido esteja na validade.

► **Detalhamento da conta** – O usuário, seja o seu serviço pré ou pós-pago, pode pedir à operadora o detalhamento das ligações feitas no período de até 90 dias anteriores à solicitação. O demonstrativo das ligações deve ser enviado em até 48 horas e não pode ser cobrado.

► **Atraso no pagamento** – Se o usuário atrasar o pagamento, a operadora deve avisá-lo de que o aparelho pode ser bloqueado para fazer ligações após 15 dias do vencimento da conta, e para receber ligações após 30 dias. Mesmo com o bloqueio, são permitidas ligações para telefones de emergência. Após 45 dias de atraso, o celular pode ser desativado, e o contrato de prestação de serviço cancelado. Caso o pagamento seja efetuado

antes do cancelamento da linha, o aparelho deve ser desbloqueado em até 24 horas após o registro do pagamento.

► **Suspensão** – A suspensão do serviço pós-pago pode ser solicitada à operadora por até 180 dias. Consulte-a sobre condições e valores cobrados.

► **Mudança de serviço** – Só pode ser cobrada a mudança de pós para pré-pago ou vice-versa se previsto em contrato.

► **Roubo ou perda** – Caso seu aparelho seja roubado ou perdido, registre ocorrência em delegacia policial e ligue para a operadora pedindo bloqueio da linha. Para impedir que o aparelho seja habilitado, informe o número do boletim de ocorrência e peça para incluir o número de série do aparelho (constante da nota fiscal) no Cadastro Nacional de Celulares Roubados.

► **Serviço 0800 das operadoras** – A Anatel não permite que as chamadas passem por propagandas e exige o acesso direto ao atendente como opção no menu principal. O protocolo de atendimento deve ser informado ao consumidor, que não pode esperar mais de 10 segundos pela entrada do telefonista. O atendimento deve durar, no máximo, 60 segundos.

Anatel divulga ranking de reclamações

Dos atendimentos feitos pela Assessoria de Relações com os Usuários da Anatel, quase 51,5% são sobre telefonia móvel. As maiores porcentagens de queixas são quanto a erros em contas e cobranças (37%) e falhas no atendimento ao usuário nos postos das prestadoras, ou nos seus serviços 0800 (21%). A Anatel divulga em seu site, mensalmente, o ranking de reclamações por prestadora. Veja o mais recente:

Posição	Holding prestadora de Serviço Móvel Pessoal	Reclamações na Anatel por 1.000 assinantes*
1º	Brasil Telecom Celular	1,799
2º	Claro	0,516
3º	Tim	0,357
4º	Oi Celular	0,285
5º	Triângulo Celular (CTBC)	0,276
6º	Vivo	0,264
7º	Telemig Celular /Amazônia Celular	0,181
8º	Sercomtel Celular	0,047

* Período: 1º a 30 de abril de 2005
Total de reclamações: 24.492
Assinantes de telefonia móvel no período: 70.790.305

Cartão pré-pago poderá ter prazo ilimitado

Para que o consumidor possa monitorar seu consumo e conferi-lo ao receber a conta, tramita na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado o Projeto de Lei (PL) 39/02, do então senador Arlindo Porto (PTB-MG), que dispõe sobre a instalação opcional e gratuita de aparelho para a medição de tempo das ligações nos serviços fixo e de celular. O relator é o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Na Câmara, o PL 4.861/05, do deputado João Caldas (PL-AL) – que visa permitir que o usuário possa consultar o valor da tarifa, inclusive o preço praticado pela concorrência, no visor do celular –, é um dos 23

projetos apensados (tramitando em conjunto) ao PL 3.213/00, do deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ). Este projeto está na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara e obriga as prestadoras a fornecerem extratos detalhados de todas as ligações, inclusive as locais. Apensado a ele está também o PL 4.756/05, do deputado Almir Moura (sem partido-RJ), que obriga as operadoras a enviarem demonstrativos mensais aos usuários de pré-pago.

Hoje, as prestadoras podem oferecer cartões de serviço pré-pago válidos por 90 dias ou mais, desde que por preço não abusivo. Dois projetos de

lei na Câmara podem proibir a imposição de prazo para utilização dos créditos desses cartões. O primeiro é o PL 44/03, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), e o outro é o substitutivo do deputado Celso Russomanno (PP-SP) ao PL 7.415/02, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que acrescenta que a linha poderá continuar ativa por até um ano sem créditos.

Em defesa das vítimas de clonagem e de falsificação de acesso ao serviço móvel, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) apresentou o PL 4.260/04, que as isenta de arcar com despesas causadas por uso indevido de seus dados.

Informações

Ministério das Comunicações
Tel.: (61) 311-6000
www.mc.gov.br

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
Tel.: (61) 2312-2000
0800-33-2001
www.anatel.gov.br

Procon Distrito Federal
Tel.: (61) 151
www.procon.df.gov.br

Portal do Consumidor
www.portaldoconsumidor.gov.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Tel.: (011) 3874-2152, de 2ª a 6ª, das 9h às 12h e das 13h às 17h
www.idec.org.br

Telemig Celular
Tel.: 0800 704-1404
www.telemigcelular.com.br

Tele Norte Participações (Amazônia

Celular)
Tel.: 0800 99 1404
www.amazoniacelular.com.br

Vivo
Tel.: 0800 772 8486
www.vivo.com.br

Claro e BCP
Tel.: 0800 036 3636
www.claro.com.br

Tim e Maxitel
Tel.: 0800 741 4141
www.tim.com.br

Oi Celular
Tel.: 0800 285 3131
www.oi.com.br

Sercomtel Celular
Tel.: 0800 400 4343
www.sercomtelcelular.com.br

CTBC Celular
Tel.: 0800 34 2002
www.ctbctelecom.com.br